

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 14-02-2022.

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Fran Rodrigues e Jonas Reis. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 570/21 (Processo nº 1285/21), de autoria de Cassiá Carpes; o Projeto de Lei do Legislativo nº 568/21 (Processo nº 1276/21), de autoria de Márcio Bins Ely. Foram apregoados os seguintes ofícios, do Prefeito: nºs 074 e 212/22, encaminhando, respectivamente, o Projeto de Lei do Executivo nº 001/22 e o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/22 (Processos nºs 0020 e 0046/22, respectivamente); nº 338/22, informando que se ausentaria do Município das dezesseis horas do dia treze ao dia dezesseis de fevereiro do corrente, a fim de participar de agendas políticas em Brasília – DF –, e que o vice-Prefeito estaria impedido de assumir o cargo de Prefeito das vinte e três horas e trinta e um minutos do dia treze ao dia dezesseis de fevereiro do corrente. Foi apregoado requerimento de autoria de Pedro Ruas, solicitando licença para tratamento de saúde do dia quatorze ao dia vinte de fevereiro do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Fran Rodrigues, informando-a que integraria a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Pedro Ruas, informando o impedimento de Prof. Alex Fraga em assumir a vereança do dia quatorze ao dia vinte de fevereiro do corrente. Foi apregoado documento informando licença para desempenhar o cargo de Prefeito Municipal de Idenir Cecchim das vinte e três horas e trinta e um minutos do dia treze ao dia dezesseis de fevereiro do corrente, sendo Giovane Byl empossado como Presidente deste Legislativo do dia quatorze ao dia dezesseis de fevereiro do corrente. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Luciana Mendina de Souza Martínez, coordenadora do Movimento Orgulho Autista Brasil no Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca do trabalho desenvolvido por essa entidade em Porto Alegre. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Leonel Radde, Cláudia Araújo, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Airto Ferronato, Bruna Rodrigues, Mônica Leal, Pablo Melo, Comandante Nádia, Claudio Janta, Alvoni Medina, Alexandre Bobadra, Márcio Bins Ely, Jonas Reis e Psicóloga Tanise Sabino manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO

DE LÍDER, pronunciou-se Claudio Janta. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e um minutos às quinze horas e vinte e sete minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Moisés Barboza, Aldacir Oliboni, Leonel Radde, Matheus Gomes e Comandante Nádia. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Alexandre Bobadra e Alvoni Medina. Às dezesseis horas e dezessete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em discussão geral e votação nominal, foi REJEITADO, em sua parte vetada, o Projeto de Lei do Legislativo nº 184/17 (Processo nº 1581/17), considerando-se MANTIDO o veto parcial oposto, por DOZE VOTOS SIM e VINTE E UM VOTOS NÃO, após ser encaminhado à votação por Moisés Barboza, Aldacir Oliboni e Cassiá Carpes, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Fran Rodrigues, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 055/21 (Processo nº 1344/21), após ser discutido por Jessé Sangalli, Cassiá Carpes, Aldacir Oliboni, Claudio Janta, Roberto Robaina, José Freitas, Leonel Radde e Jonas Reis. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e cinquenta e nove minutos às dezessete horas e nove minutos. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Pedro Ruas e Roberto Robaina, ao Projeto de Lei do Executivo nº 055/21, foi APROVADO requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes, e foi apregoado requerimento de autoria de Roberto Robaina, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Leonel Radde, Aldacir Oliboni e Jonas Reis, ao Projeto de Lei do Executivo nº 055/21, foi APROVADO requerimento de autoria de Leonel Radde, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes, e foi apregoado requerimento de autoria de Leonel Radde, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Alvoni Medina e José Freitas, ao Projeto de Lei do Executivo nº 055/21, e foi APROVADO requerimento de autoria de Alvoni Medina, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoado requerimento de autoria de Leonel Radde, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 055/21. Foi apregoada a Emenda nº 04, assinada por Leonel Radde, Aldacir Oliboni e Jonas Reis, ao Projeto de Lei do Executivo nº 055/21, foi APROVADO requerimento de autoria de Leonel Radde, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes, e foi apregoado requerimento de autoria de Leonel Radde, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi APROVADO requerimento de autoria do Executivo

Municipal, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Executivo nº 047/21 (Processo nº 1170/21). Foi votada destacadamente e REJEITADA a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 055/21, por DOZE VOTOS SIM e DEZOITO VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Roberto Robaina, em votação nominal solicitada por Aldacir Oliboni, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Fran Rodrigues, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes e Roberto Robaina e votado não Alvon Medina, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e REJEITADA a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 055/21, por DOZE VOTOS SIM e DEZOITO VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, em votação nominal solicitada por Hamilton Sossmeier, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Fran Rodrigues, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes e Roberto Robaina e votado não Alvon Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. A seguir, o Projeto de Lei do Executivo nº 055/21 foi encaminhado à votação por Alvon Medina. Foi aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 055/21. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 055/21. Foi APROVADO requerimento de autoria de Matheus Gomes, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 358/21 (Processo nº 0855/21). Em votação, foi APROVADO o Requerimento nº 006/22 (Processo nº 0013/22). Em discussão geral e votação, foi APROVADO o Projeto de Resolução nº 061/21 (Processo nº 1124/21). Às dezoito horas e quatro minutos, a Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Jonas Reis. Às dezoito horas e quatorze minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Pablo Melo, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Giovane Byl e Mari Pimentel. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pela 1ª Secretária e pelo Presidente.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) Trinta e três Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Há quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Memorando n° 002/22, de autoria do Ver. Pedro Ruas, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no período de 14 a 20 de fevereiro de 2022.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Mesa declara empossada a Ver.^a Fran Rodrigues, nos termos regimentais, em razão da impossibilidade de o suplente Prof. Alex Fraga assumir a vereança, que integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Ofício n° 338/GP, de autoria do prefeito municipal de Porto Alegre, Sr. Sebastião Melo, informando que se ausentará do Município das 16h do dia 13 ao dia 16 de fevereiro de 2022, a fim de participar, dentre outras agendas, de audiências com prefeitos de capitais e congressistas em Brasília, com vistas à aprovação de projeto PL 4.392/2021, que institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas, e que o Sr. Ricardo Gomes, vice-prefeito municipal de Porto Alegre, estará impedido de assumir o Executivo municipal das 23h31min do dia 13 até o dia 16 de fevereiro de 2022.

Apregoo Memorando n° 001/22, informando que, em razão da assunção por parte do Presidente da Câmara, Ver. Idenir Cecchim, ao cargo de prefeito municipal, está empossado, na presidência, o 1° Vice-Presidente desta Casa, Ver. Giovane Byl, no período de 14 a 16 de fevereiro de 2022.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Movimento Orgulho Autista do Brasil no Rio Grande do Sul, MOAB/RS, que tratará de assunto relativo ao trabalho desenvolvido pela entidade no Município de Porto Alegre. A Sra. Luciana Mendina de Souza Martinez, coordenadora, acompanhada por Bernardo Martínez, Patricia Sanberg, Izabel Ferreira, Henrique Ferreira, Ester Rodrigues e o Michel, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. LUCIANA MENDINA DE SOUZA MARTÍNEZ: Boa tarde. Estou me acompanhando também dois autistas, meu filho Bernardo e o Arthur. Exmo. Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Ver. Giovane Byl; vereadores e demais autoridades presentes; boa tarde, amigos. Estou aqui hoje para falar sobre o MOAB/RS, Coordenadoria Estadual do Movimento Orgulho Autista Brasil, criado, há 15 anos, em Brasília, por Fernando Cotta, pai do Fernandinho, autista severo.

Antes de mais nada, gostaria de me apresentar. Sou coordenadora estadual do MOAB/RS, mãe do Bernardo Martínez, diagnosticado com autismo quando tinha 1 ano e 11 meses, e autora dos livros, "O Autismo Tem Cura?" e "A Vida com Autismo".

A minha missão com o autismo começou com o diagnóstico do meu filho. Há 19 anos, quase não se falava sobre o autismo no Brasil e no mundo. O autismo não tinha a visibilidade que tem hoje e não havia políticas públicas gratuitas de atendimento de saúde e de inclusão escolar. Todo tratamento do meu filho foi pago por mim e pelo meu marido com o nosso trabalho. Os planos de saúde, na época, não cobriam os gastos com TEA – Transtorno do Espectro do Autismo –, e não havia atendimento via SUS. Eram tempos bem difíceis também em termos de conscientização e de busca por direitos. Podemos dizer que os autistas eram praticamente invisíveis até aquele momento. Com tratamento diário com psicólogo, o meu filho Bernardo, que está aqui comigo, foi se desenvolvendo lentamente. Foi matriculado em escola regular, ora pública ora privada, começou a falar aos 6 anos de idade, foi alfabetizado aos 7 anos e reverteu os principais sintomas incapacitantes do autismo, tais como isolamento, dificuldade de socialização e excesso de franqueza nas interações pessoais e sociais. Bernardo fez tratamento intensivo durante sete anos e, quando teve alta, nós nos mudamos para Brasília, onde conheci o Movimento Orgulho Autista Brasil. Eu tinha terminado de escrever meu primeiro livro sobre autismo, eu sou jornalista, e queria compartilhar a história do meu filho com outros pais e mães de autistas. O objetivo de lançar esse livro era dar esperança para os pais que, como eu, recebiam o diagnóstico do autismo e não sabiam o que esperar dessa nova vida. Conheci Fernando Cotta e nos aproximamos rapidamente. Fernando tem uma bela história de superação e por luta de direitos do seu filho e de outras pessoas com autismo. Até então, fazer parte de uma associação ou de um movimento não parecia atraente para mim, tinha procurado grupo de apoio na internet e só havia encontrado pessoas amarguradas, revoltadas e que reclamavam dos médicos e da sociedade como um todo. Não queria ser esse tipo de pessoa que só reclama, queria fazer algo para que a vida do meu filho e de outras crianças fosse mais leve, mais feliz. Felizmente, o MOAB era diferente dessas associações. Primeiro, por ser um movimento nacional formado por pais e mães de autistas verdadeiramente engajados na luta por direitos e por qualidade de vida para os seus filhos. Em segundo lugar, por ser um movimento apartidário, o que significa que aceita contribuições e apoio de todos que, realmente, quiserem ajudar a causa e não apenas de partidos de direita ou de esquerda. Como sempre digo, nossa causa é maior do que partidos. Talvez o fato de MOAB ter sido criado em Brasília tenha contribuído para que todos nós entendêssemos a importância de mobilizarmos representantes do povo e dos Estados em prol da nossa causa. Procuramos, então, o apoio de deputados, senadores, ministros, presidente, de todos que pudessem, de alguma forma, ajudar a causa autista para elaboração de leis e de projetos que dessem visibilidade aos autistas e garantissem tratamento multidisciplinar de saúde e vagas tanto nas escolas regulares quanto nas especiais.

Dessa união de esforços do MOAB com a sociedade civil, foi aprovada a Lei nº 12.764/2012, a lei Berenice Piana, que incluiu o autista no rol da pessoa com deficiência e definiu políticas públicas para o TEA. Notem como essa aprovação é recente, completa 10 anos este ano. Mas não paramos por aí, também com o apoio fundamental do MOAB e sabendo da importância da detecção precoce para o tratamento do autismo, meu filho foi diagnosticado antes dos 3 anos de idade, eu

idealizei a Lei nº 13.438/2017, aprovada por unanimidade pela Câmara de Deputados, a lei da detecção precoce, que obriga o SUS a adotar protocolo de risco psíquico desde o nascimento do bebe até os 18 meses, até 1 ano e meio. Independente do grau de autismo, que pode ser leve, moderado ou severo, a intervenção precoce dá a oportunidade de se estimular a aquisição da linguagem, as habilidades sociais da criança e de se reverter muitos sintomas incapacitantes que podem prejudicar a sua interação social e a autonomia. Exigir que a lei da detecção precoce seja aplicada em todos os municípios e estados do nosso País, é uma das metas do nosso movimento. Dessa forma, nosso foco será prevenção e não apenas a remissão de sintomas. Conto com a ajuda de vocês, vereadores, nesta missão tão importante. Outras leis fundamentais para os autistas tiveram apoio significativo do Movimento Orgulho Autista Brasil, dentre elas podemos destacar a lei que incluiu o autista no censo do IBGE e a Lei Romeu Mion, que criou a CIPTEA, Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Vamos falar agora um pouquinho sobre o trabalho realizado pelo MOAB/RS nos últimos dois anos. Apesar de a pandemia ter nos atingido em cheio, dificultando nossas ações presenciais, não paramos um minuto sequer. Conseguimos cestas básicas para as famílias carentes junto ao Banco de Alimentos da FIERGS, em parceria com Acergs, e junto ao governo do Estado, via Secretaria da Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social. Fizemos campanhas virtuais de conscientização sobre o autismo e as demais deficiências. Realizamos *lives* com especialistas no TEA sobre o impacto da pandemia no seu dia a dia, dos seus filhos e na mudança das rotinas sobre medicação e o uso do óleo de canabidiol no tratamento do autismo, sempre buscando minimizar angústias e dirimir as dúvidas dos pais e dos profissionais envolvidos. Ampliamos nosso número de coordenadores nos municípios de 4 para 26, com presença significativa da Grande Porto Alegre, Canoas, Cachoeirinha, Gravataí, Alvorada; além das praias, Tramandaí, Capão da Canoa, Imbé; e interior, Santana do Livramento, Pelotas, Passo Fundo, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, entre outros. Não funcionamos como uma associação local, não queremos competir com as associações que fazem um trabalho tão importante e de acolhimento às famílias nas cidades, pelo contrário, queremos ser o esteio para elas, um apoio de peso para as suas reivindicações e projetos.

Como resultado dessa nossa política de união, o número de associações que temos como parceira só cresce, atualmente temos mais de 30 associações de autistas e da pessoa com deficiência trabalhando conosco. Estamos sempre abertos para escutar as reivindicações das associações e ajudar na efetivação da verdadeira acessibilidade e inclusão social nos municípios. Em Porto Alegre, estamos contribuindo com sugestões para implantação do Centro de Referência do Autismo de Porto Alegre, demanda antiga de todos nós que está em andamento via Secretaria Municipal da Saúde. Em conversa com o prefeito Melo, ressaltamos a importância de que ele abrange três eixos: saúde, educação e assistência social. O apoio psicológico aos familiares também deve ser prioridade. Não é fácil ser mãe de um autista, não é fácil lidar com os sintomas e dificuldades que o TEA impõe diariamente. Nós, mães, precisamos desabafar,

precisamos ter um momento nosso, precisamos contar nossas angústias, precisamos ser ouvidas. Todos os municípios do Rio Grande do Sul requerem a atenção do MOAB-RS – faltam neurologistas e psiquiatras infantis para diagnóstico do autismo nas cidades; a lista de espera é longa: em Cachoeira do Sul, 400 pessoas esperam por uma consulta; em Porto Alegre, são 600 pessoas; em Santa Maria, 120; em Capão da Canoa, 244. Não podemos ficar de braços cruzados, sabemos que o programa TEAcolhe é um avanço, mas não é suficiente para demanda que temos no momento, é preciso que algo seja feito a curto prazo. Por isso, propomos a realização do mutirão do autismo, uma parceria do movimento com prefeituras do Rio do Grande do Sul e com o governo do Estado, para zerarmos a fila de espera por neuro e psiquiatra. Sabemos que os autistas não podem esperar meses, anos para tratamento. Sabemos que para se desenvolverem é essencial que haja intervenção e estimulação o quanto antes; por isso, esperar não é uma opção para nós. Por tudo isso contamos com vocês para este projeto e para tantos outros que visem à qualidade de vida e à garantia de direitos para os autistas e suas famílias. Quem quiser fazer parte do nosso movimento será muito bem-vindo. Nosso telefone de contato é (051) 993106188; também temos página no Facebook - Movimento Orgulho Autista Brasil no Rio Grande do Sul. Agradeço mais uma vez a oportunidade de estar aqui com vocês hoje, compartilhando as ações do MOAB-RS. Termina minha fala com dois lemas sagrados para nós da causa autista: Nada sobre nós sem nós – os verdadeiros representantes da causa autista são os autistas e seus familiares; Juntos somos mais fortes. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Convidamos a Sra. Luciana Mendina de Souza Martínez e os meninos a fazerem parte da Mesa.

O Ver. Leonel Radde está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, é uma honra estar com vocês aqui hoje, participando desse espaço tão relevante para o MOAB-RS e dizer que temos um projeto; na verdade, temos três projetos nesta Casa, diretamente relacionados com o que foi falado aqui. O primeiro projeto é o Farmácia Viva, que tem como objetivo complementar outros dois projetos – um deles diz respeito à questão da pesquisa com a cannabis medicinal, não só o canabidiol, mas o THC também –; e o terceiro projeto tem relação direta com a distribuição, via SUS, dos remédios à base de canabidiol. Então, estamos solidários, parabenizamos pela presença e a fala de vocês nesse espaço. Estamos juntos nessa luta naquilo que for possível somar, junto com a bancada do Partido dos Trabalhadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente; saudando a Luciana Mendina, saúdo todo o movimento MOAB-RS, parabenizar pela sua voz, pelo que nos trouxe aqui, nos apresentou. Eu acompanho muitas mães com crianças autistas, sei o quanto é difícil vocês terem, principalmente voz, serem ouvidas; que a população no geral, principalmente quem trabalha com políticas públicas, não só ouça, mas ouça e queira colaborar para que a gente possa mudar realidades. É muito difícil ser mãe de um autista, principalmente um autista severo, a gente sabe que as dificuldades são muito grandes. E o diagnóstico precoce é fundamental; infelizmente, ele é muito tardio ainda; então, muitas mães sofrem muito, sentem-se desamparadas muitas vezes, porque poucos casais conseguem se manter unidos quando têm um diagnóstico de autismo; normalmente as mães abraçam sozinhas essa causa, e a dificuldade é muito grande em todos os sentidos; difícil na parte escolar porque temos poucas escolas inclusivas, e a grande maioria se diz inclusive e não é. Nós sabemos que crianças que têm autismo precisam de um tratamento muito mais especializado, elas precisam de um monitor, elas precisam de maior atendimento, não é simplesmente largar dentro de uma escola e dizer que a escola é inclusiva. Então, a caminhada é longa; nós precisamos de pessoas como vocês que divulguem essa causa. Contem com nosso gabinete; a bancada do PSD é solícita a esta causa, estamos juntos para mudar realidades.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente Byl, em exercício, Movimento Orgulho Autista Brasil, meus cumprimentos por trazerem e darem visibilidade à causa dos autistas, que, como a senhora disse, há muitos anos não se comentava. Iniciou-se, aqui na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, tratando das dez doenças raras; após isso nós trabalhamos aqui a lei contra os fogos de artifício, nos introduzimos mais nas necessidades de proteção aos autistas, temos outros vereadores da Casa que trabalham bastante, através de projetos, bem como a defesa dos autistas. Então, aqui na nossa Casa está bem divulgado, está bem consciente desta necessidade. E é assim que tem que fazer, vir para a tribuna, dar visibilidade através dos meios de comunicação da Casa, para mais apoios, para mais adesão. Parabéns!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, Presidente Byl, gostaria de cumprimentar também o movimento autista. É com grande entusiasmo que eu vejo essa pauta começando a tomar conta na Casa, porque, sim, temos uma grande jornada em trazer a inclusão que, por vezes, vem por leis, mas não vem por ações. Então, nós temos no nosso Município, sim, a lei de trazer a inclusão, mas não temos recursos. Então, eu gostaria de reforçar que deve ser uma demanda também de nós, como parlamentares, fiscalizar se todos direitos que conseguimos garantir via lei estão sendo implementados pelo Executivo. Sim, nós temos crianças autistas, nós temos escolas sem monitores, tanto para educação infantil, quanto para o ensino fundamental. Nós temos algumas escolas referência, mas a gente sabe que não são todas as crianças que vão para escola referência e que a inclusão deve acontecer em cada escola do Município. Então, reforço também o papel nosso como vereador, não só de fazer leis, mas fiscalizar o cumprimento delas para que a gente consiga que chegue na ponta e dar melhor qualidade que as nossas crianças tanto merecem.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Byl, trago um abraço, meu Presidente, à Luciana e a todos, e dizer que tive a oportunidade de estar presente com a Berenice e outras lideranças do autismo numa reunião com o Melo, nosso prefeito; estou me colocando à disposição porque sei da importância deste tema, sei que o Melo, com seu secretário de Saúde, está tratando desse tema para implantar um processo aqui em Porto Alegre, que atenda às causas do autismo. Então, em meu nome, dizer que estamos juntos aí, saudação, que é bom estar com a senhora, Luciana Medina. Um abraço; obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, Ver. Byl, quero te saudar pela condução dos trabalhos, quero também saudar o Movimento Orgulho Autista. Nós sabemos o quanto é difícil o cotidiano dessas mulheres que, acima de tudo, conduzem, não só suas famílias, mas lidam também com as dificuldades dos seus filhos, principalmente porque temos um sistema público, vereador que nos conduz e que dirige os trabalhos hoje, muito falho, seja na Atenção Básica, desde a identificação dessa doença, até seu desenvolvimento. Eu tenho um sobrinho que está aí nos primeiros diagnósticos, e as dificuldades são muitas. E essas mulheres, por diversas vezes, acabam vivendo um isolamento, não só um isolamento familiar, mas também de

acesso a políticas que deem conta de não as deixarem sozinhas nesse desenvolvimento do processo, desde a educação, até a necessidade de especificidades no sistema público de saúde. Então, quero saudar o movimento e dizer que é fundamental a presença de vocês aqui, e a dedicação dessa Casa para construir políticas públicas que deem conta de que todos nós tenhamos uma vida melhor e que essas mulheres também possam conduzir suas famílias da melhor forma, com todo o carinho e acolhimento necessários. Nossa saudação.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, parabéns por assumir o comando da Câmara na capital do Rio Grande do Sul. Luciana, eu escutei atentamente a tua fala, confesso que me emocionei quando tu colocaste tão bem explicado as dificuldades que uma mãe, que a família tem para administrar todo esse cenário, mas uma coisa me preocupou demais: o número de pessoas que estão na lista de espera para atendimento. Eu anotei aqui: 600 pessoas em Porto Alegre aguardam por consulta, isso é extremamente preocupante. Nós precisamos entrar em ação com urgência, não pode esperar. De outra parte, eu também constatei que tu falaste em três eixos: saúde, educação e área social, que é muito necessário. Então, eu me proponho, me coloco a tua disposição para, juntas, buscarmos uma conversa, uma reunião com o secretário da Saúde, Dr. Mauro Sparta, sobre o mutirão das consultas a pacientes autistas. Nós precisamos entrar em ação imediatamente. Estou à tua disposição. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Pablo Melo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Saudar, em primeiro lugar, Presidente Byl por assumir a presidência da Casa; Luciana, em teu nome saúdo o MOAB-RS e dizer que este vereador se juntou a outros vereadores, de outras legislaturas, com projetos que estão tramitando na Casa, extremamente importantes –um dos projetos sou coautor, junto com a Ver.^a Comandante Nádia, com o Ver. Claudio Janta, que é a questão da carteira para os familiares de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, temos a questão do laudo permanente, que é um projeto deste vereador, bem como outro projeto que protocolei semana passada, de 1% dos estacionamento públicos e privados da nossa capital contemplarem os familiares de pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Então, não estamos aqui apenas falando

ou discursando, estamos trabalhando na prática para melhorar a vida de todos vocês. Boa tarde; parabéns. Estou à disposição.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Muito obrigada, Presidente Giovane Byl, feliz em ver um jovem aqui comandando a Câmara Municipal dos gaúchos; parabéns pela sua posição neste momento, liderando os vereadores. É importante a gente ver a juventude, cada vez mais envolvida com a política. Quero cumprimentar os colegas vereadores, principalmente a Lu, o Artur e o Bê, que hoje nos visitam, trazendo aqui tudo o que o MOAB-RS tem feito, um trabalho extenuante, um trabalho de formiguinha, mas que, Lu, alcança efetivamente aquelas pessoas que mais necessitam, aquelas pessoas que precisam desse apoio, dessa proteção, do conhecimento de que o autismo, sim, pode conviver com o todo, que as mães, como estavas falando – estava te ouvindo *on-line* – também precisam de um carinho maior, de uma valorização, e muitas vezes de um ombro amigo. Então, tem aqui em nós – o Ver. Pablo falou de alguns projetos que temos aqui, pois não adianta a gente ficar falando, o ideal é que a gente possa colocar em prática aquilo que é mais necessário, e dizer para o Artur e para o Bê, que eles são uns queridões, que venham sempre para cá, que é sempre bom ver gente nova aqui, fazendo a sua diferença. Nada sobre nós sem nós. Parabéns.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, depois prossegue a sua manifestação em Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sra. Luciana; boa tarde a esses jovens autistas que aqui se encontram, a todos autistas e familiares de autistas que nos escutam. Queria saudar o Presidente Giovane Byl, hoje a região leste de Porto Alegre está com orgulho de ter o Presidente oriundo da Bom Jesus e residente do Mario Quintana, chegando ao maior cargo desta Câmara de Vereadores.

Colegas, membros desta Casa, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o autismo, como a Luciana mesmo diz, hoje em dia está presente na vida das pessoas. Os familiares de crianças autistas, de jovens autistas sentem essa necessidade no dia a dia. As mulheres, cada vez com mais dificuldade, recebem esse diagnóstico do seu filho. Hoje nós temos crianças na rede escolar, com 7,8 anos, que ainda não têm o diagnóstico. Nós fizemos uma lei, que já está no governo, para que tome a providência para implementar a necessidade de termos um centro de referência do autismo, que abranja toda as áreas – educação, saúde, assistência social, esporte e cultura – para que

essas famílias, principalmente as mães, tenham um local aonde possam ter o seu momento, o seu acolhimento. Mas é necessário ressaltar aqui que este governo Melo, na semana passada, já autorizou e está contratando, colocando dentro das redes públicas, 135 monitores. A necessidade que tem uma sala de aula de ter um monitor. A necessidade que tem as pessoas saberem, quando estão num supermercado, numa rua, num *shopping center*, que o autista tem a sua crise, porque o que mais se escuta: “Essa família não sabe educar. Essa criança mimada. Essa criança que não tem limites. Essa criança que ninguém sabe educá-la”. Na verdade, essa criança está tendo um surto, muitas vezes produzido por um ruído, que para nós não é percebido, muitas vezes porque saiu do seu *habitat*, muitas vezes porque não está sendo compreendido o seu momento, o seu mundo.

Nós, com muita coragem e determinação, conseguimos aprovar nesta Casa, no nosso primeiro mandato, o censo do autista. Algo que as pessoas achavam que seria impossível, já que quem tem que fazer o censo é o IBGE, e nós estamos insistindo com o governo que a cidade de Porto Alegre pode ser pioneira e ter o seu censo. A cidade de Porto Alegre, através dos dados da educação, da saúde, da assistência, do esporte, da cultura, pode ter o seu censo e nos dizer, realmente, quantos autistas temos nesta cidade, para desenvolver e ter políticas públicas. O que não pode é uma mãe ter que abrir mão de seu trabalho porque nós não conseguimos dar estrutura para essa mãe conviver com o seu filho. O que não pode é uma família perder todo o seu poder aquisitivo porque tiveram que sair dos seus empregos e hoje estar trabalhando de uma forma precária, porque é como pode.

Então, nós temos trabalhado – e muito – no nosso mandato, porque o dia a dia de uma família que tem uma criança autista, o dia a dia de uma família que tem um jovem autista, o dia a dia de uma família que tem um adulto autista, e o dia a dia da família que tem o idoso autista, ela se torna muito mais difícil. Ela se torna uma dificuldade diária. E cabe a nós, o poder público, dar esse conforto. Cabe a nós, o poder público, acolher essas crianças autistas, mas também acolher as suas mães. Falo tanto em mães aqui, porque a maioria dos pais, quando tem o diagnóstico, vai buscar cigarro e não volta nunca mais – a maioria –, deixando a responsabilidade com as mães, dizendo absurdos. Então, é imprescindível o censo do autista.

Aprovamos aqui nesta Casa, também fomos pioneiros de dar prioridade para os autistas em estacionamentos e em vários setores da nossa cidade, assim também como o centro de referência do autismo e o centro de diagnóstico. Fizemos a emenda que foi acolhida por esta Casa, pela Ver. Lourdes, pelo Ver. Oliboni, na questão dos fogos de artifícios. Encaminhamos ao prefeito esse apelo, para as pessoas entenderem o que são fogos de artifícios nos ouvidos de uma criança autista, que fica escondida dentro do guarda-roupa, embaixo da cama por dois, três dias quando se tem esses fogos detonados no final do ano, em jogos da dupla Gre-Nal, a dificuldade que isso é para essa família.

O Ver. Pablo já falou sobre a questão da validade do laudo, é inadmissível uma doença que não tem cura, que acompanha o espectro, que acompanha as pessoas a

vida inteira, necessariamente, por exigência, tem que fazer um laudo anual dessa criança, desse adulto, desse adolescente.

E também precisamos ter na rede pública, isso a gente vem discutindo muito com o secretário Mauro Sparta, com o prefeito, além de ter um centro de referência e um centro de diagnóstico, o maior número de fonoaudiólogos, de psiquiatras ou psicólogos nas unidades básica de saúde, principalmente nas UPAs, porque, muitas vezes, quando uma criança, um adolescente chega numa dessas unidades, com crise, os profissionais, muitas e muitas vezes não sabem o que fazer. Nós vimos isso na vacina, quando achavam que o autista não seria a prioridade maior e nós provamos que o autista, estando na fila, tem que ser o primeiro a ser atendido, porque pode desestabilizar todo o restante da fila, das pessoas que lá aguardam.

Então, nós queremos dizer, Luciana, que nós estamos à disposição do movimento, estamos à disposição de todas as famílias autistas, e reafirmar que só nós, que vivemos esse mundo azul, sabemos das nossas dificuldades, sabemos o que é o nosso dia a dia, o que é matricular o filho numa escola, pode ser a melhor que existe na nossa cidade, e esse filho, de uma hora para outra, ser convidado a se retirar, porque não tem aquele acompanhamento, não tem aquela pessoa ajudando e auxiliando a família. Sabemos qual é a dificuldade de uma mãe de criar seu filho, e, além disso, de arrumar emprego para esse filho. Principalmente, colegas e membros desta Casa, lembrem-se que assim como a Luciana, todas as mães de um filho autista, ao acordar e ao dormir, perguntam: “Quem irá cuidar do meu filho quando eu aqui não estiver mais?” E quem tem que cuidar dessa criança, desse adulto e desse adolescente e desse idoso somos nós, é a sociedade e são órgãos públicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Luciana, por estar aqui trazendo esse tema tão importante para a nossa cidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Eu gostaria de registrar a presença, na sessão de hoje, do nosso prefeito em exercício, Idenir Cecchim, seja bem-vindo; a Casa é de Vossa Excelência.

O Ver. Alvoni Medina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, nosso Presidente em exercício, Giovane Byl, e todos que nos assistem através da TVCâmara, Movimento Orgulho Autista Brasil, a Sra. Mendina – tirando o “n” fica Medina – e o seu filho Bernardo e o amigo Artur. Nós temos um projeto aqui nesta Casa que prevê o laudo médico com tempo indeterminado para as pessoas identificadas com transtorno de espectro autista. Como presidente da Frente Parlamentar da Pessoas com Deficiência aqui, na Casa, também me coloco à inteira disposição do nosso gabinete, do nosso jurídico, também estamos juntos nessa causa, sabemos da importância dessa luta. Nós não podemos ficar, de forma nenhuma, de braços cruzado. Principalmente, você utilizar

a nossa Casa, que está a sua inteira disposição, a Frente Parlamentar é exatamente para isso, para dar esse apoio, esse suporte para que vocês possam, realmente, buscar aquilo que é direito de vocês. Então, contém com a gente, que Deus abençoe, cada vez mais, o seu trabalho e a todos vocês. O meu abraço, e obrigado meu Presidente, que Deus abençoe.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente Giovane Byl, quero aqui parabenizar a Lucina e o Movimento Orgulho Autista Brasil pelo excelente trabalho que vem realizando. Quero dizer para vocês que eu também tenho um sobrinho autista, é o Estevam, e o meu irmão demorou para diagnosticar por desconhecimento. Então, eu acho importante o trabalho de conscientização das famílias, a gente quebrar paradigma, quebrar preconceito e que as pessoas possam ter acesso à informação, e que possamos desenvolver mais políticas públicas. Entendo que o poder público ainda é tímido nesse assunto, que possamos desenvolver mais políticas públicas para ir ao encontro, ao interesse das pessoas com autismo. Eu tenho o meu amigo aqui, que é pré-candidato a deputado federal, eu o conheci no Desafora Brasil. Meu velho, boa sorte na tua caminha, na tua jornada, tenho certeza que tu vais fazer um baita de um trabalho, uma excelente candidatura em nome da tua categoria, da tua classe. Podem contar conosco que estamos sempre atentos às questões de vocês, e o nosso gabinete está sempre de portas abertas. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde, faço uma saudação especial ao nosso Presidente Giovane Byl. Cumprimentos, Presidente, é importante ocupar essa cadeira. Quero cumprimentar também o nosso prefeito em exercício, Idenir Cecchim, que se encontra hoje acompanhando a sessão, em especial a Luciana e demais parentes, amigos, familiares que acompanham aqui este momento da Tribuna Popular. No ano passado, nós fizemos, inclusive, um *outdoor* alusivo ao mês de abril, até foi ideia do Ver. Claudio Janta, estávamos na Mesa, de maneira conjunta, e foi uma forma também que encontramos de fazer uma valorização a todos aqueles que, de uma forma ou outra, têm contribuído a favor da causa do autismo. Então, Luciana, nossos cumprimentos, em meu nome e do Ver. Mauro Zacher, da bancada do PDT. Vida longa ao Movimento Orgulho Autista Brasil no Rio Grande do Sul. Eu tinha uma tia que não era autista, mas era ela excepcional, conviveu a vida toda na APAE, faleceu com 61

anos, tivemos um convívio muito especial, então, a gente sabe como funciona a dificuldade das famílias, toda a atenção, os remédios, o cuidado. Na família do meu pai eram 13 filhos, então, a família era grande, mas, às vezes, a família não é tão grande e o revezamento pesa. Fica o nosso abraço fraterno da nossa bancada, e cumprimento pelo trabalho. Muito obrigado, contém conosco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Quero aqui, Luciana, cumprimentar a ti e a todo o Movimento pelo trabalho esplendoroso, faço isso em nome da oposição – PSOL, PT, PCdoB. É muito interessante observar que esse é um fenômeno social, vamos tratar assim, pois eu já tive colegas, professores, autistas. Tive dois colegas que eram brilhantes profissionais, tive alunos também, que pude conviver, aprender e ensinar. Acho que precisamos de mais investimentos públicos. Nós precisamos que a classe política, para além das palavras que são de reconhecimento, que a gente tenha recursos públicos, políticas fortes, robustas, que a gente entenda o lugar das famílias, que a gente entenda o conhecimento que as famílias acumularam, que os movimentos, como o MOAB, acumularam, e possa potencializá-los.

De fato, acho que a gente peca muito na área da saúde, muito na área da educação, por investir muito pouco – isso a gente tem que fazer a mea-culpa como política. E é importantíssimo que prefeitos, governadores e a Presidência da República, de fato, reconheçam o que é o autismo e como a gente precisa abordar, enquanto aqueles que são guardiões do erário, e parar um pouco com as isenções de impostos para os altos empresários, parar um pouco com essa política que não agrega, nós precisamos agregar, precisamos potencializar quem faz.

Parabéns MOAB e Luciana.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Boa tarde, Presidente em exercício, Giovane Byl; boa tarde a todos, demais colegas vereadores. Quero saudar, neste momento, cumprimentar a nossa querida Luciana, do MOAB, te parabenizar, Luciana, pelo teu trabalho, pelo que vens fazendo aqui na nossa cidade de Porto Alegre. Essa pauta do autismo é muito cara para mim e, pelo que vi, para muitos outros colegas vereadores aqui na Câmara, e nós estamos lutando há anos em prol de políticas públicas, algumas coisas já avançamos, mas creio que tem muito ainda para fazer. Sou psicóloga também, temos aqui na Câmara de Vereadores a 1ª Frente

Parlamentar de Promoção à Saúde Mental, e este é um tema que também trabalhamos na Frente. Quero dizer também do nosso centro de autismo, é um compromisso do nosso prefeito Melo a criação desse centro de autismo, estamos trabalhando muito fortemente para isso, através de emendas parlamentares também, e creio que logo, logo vamos conseguir ter em prática isso. Algumas cidades vizinhas já têm esse centro de autismo, e Porto Alegre precisa avançar. Eu me coloco à inteira disposição, se precisar, quero estar contigo nessa pauta, caminhar junto contigo, pois, temos muito ainda que fazer. Parabéns pelo trabalho. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Nós gostaríamos de agradecer a presença do Movimento Orgulho Autista Brasil, na pessoa da Sra. Luciana Mendina. Convido a entidade do MOAB-RS e os vereadores para o registro de uma foto. Suspendo a sessão para as despedidas. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h21min.)

(Procede-se ao registro fotográfico.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB) – às 15h27min: Estão reabertos os trabalhos. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Ver. Giovane Byl, presidindo os trabalhos. É uma satisfação estar aqui neste dia incomum, Ver. Giovane Byl, todos que conhecem a sua trajetória sabem que é um jovem defensor das políticas públicas do povo de Porto Alegre, principalmente da periferia, então sei o quanto é importante, Ver. Giovane Byl, o símbolo de estares hoje interinamente, enquanto o Presidente da Casa, Ver. Idenir Cecchim, está como prefeito, estar aqui presidindo o Parlamento da capital dos gaúchos. Subo à tribuna, quero agradecer ao Ver. Gilson Padeiro, nosso líder de bancada, que cedeu o espaço para que eu pudesse me manifestar, aos colegas Ver. Ramiro, Ver. Kaká. Nós tivemos, sábado, em Porto Alegre, um importante momento do PSDB que eu gostaria de dividir com os pares, com quem nos acompanha na TVCâmara, foi, na verdade, um seminário sobre o governo estadual, o governo Eduardo Leite. E, para que não fiquem dúvidas depois de ser reproduzido nos veículos de comunicação sobre uma possível reeleição do governador Eduardo Leite, para deixar claro, o governador, o homem Eduardo Leite, sempre disse que as reformas necessárias a serem aprovadas na Assembleia Legislativa não tinham o cunho de ele querer ser candidato novamente. Isso é uma posição louvável, admirável do Eduardo Leite, nosso governador. Porém, o partido, que, inclusive tenho a honra de, neste momento, presidir aqui na capital, tinha que fazer, sim, um apelo, como instituição partidária, para que ele não descarte a possibilidade, que ele avalie a

possibilidade de se colocar à disposição. O governador lá esteve, muitos municípios, a bancada gaúcha, deputados federais, deputados estaduais, avaliando os índices históricos do programa Avançar em todas as áreas, foi um dia muito importante para que a gente tivesse cada vez mais a noção de o quanto se fez no governo estadual nesses últimos anos, reformas importantes, e o PSDB fazendo publicamente um apelo ao governador que ele possa avaliar. Por parte do governador, vemos, sim, a vontade de ele discutir projeto acima de nomes. Nós estamos aí imbuídos e passamos o sábado discutindo sobre isso. E também é louvável, todos que conhecem a trajetória do governador Eduardo Leite sabem que ele não é movido por vaidades pessoais. Então nós estamos buscando coletivamente, aguardando que esses partidos que ajudaram na Assembleia Legislativa definam quem são os seus candidatos, para que essa mesa possa acontecer e discutir um projeto de progresso com a continuidade que os gaúchos precisam; da mesma forma que aqui, na capital, a gente viu algumas reformas importantes serem feitas nos últimos quatro anos que hoje possuem, com o comando de um outro partido, uma continuidade importante das reformas que os porto-alegrenses precisam. Em nome da bancada do PSDB, queria fazer esse registro e deixar claro para vocês que o governador Eduardo Leite e todo o Parlamento, a bancada tucana, na Assembleia, vai continuar discutindo projetos. Depois a gente certamente encontrará os nomes adequados para que esse projeto tenha continuidade no Rio Grande do Sul. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mari Pimentel assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo os nossos colegas vereadores e vereadoras; de modo especial aqueles que acompanham a sessão neste momento. Quero dizer da enorme importância que nós vamos ter aqui em seguida, na Ordem do Dia, quando votaremos um projeto muito esperado pelos trabalhadores da saúde, que é a contratação emergencial de técnicos em enfermagem, profissionais nessa área da saúde que estão faltando não só no HPS, no PACS da Cruzeiro, no HPV, mas em toda a rede de Atenção Básica. Queremos dizer também da importância que tem o governo quando tem uma medida que vai ao encontro da necessidade do cidadão, algo que não aconteceu desde que foi anunciado que as crianças de 5 a 11 anos deveriam se vacinar. Nós percebemos que, infelizmente, a oferta de locais de vacinação foram e ainda são insuficientes para atender a demanda. Muitas vezes nós nos perguntamos por que será que Porto Alegre ainda não chegou a 30% da população nessa idade vacinada? Aí, vamos verificar que os locais ofertados pela Secretaria Municipal da Saúde não saíram dos sete pontos, e agora, nesta semana, a promessa de ter quinze pontos de vacinação. Nós temos mais de 140 postos de saúde para poder possibilitar que todos

esses postos de saúde consigam vacinar as crianças e agilizar a vacinação. Olha só o que acontece quando a vacinação não é rápida, não é consistente: o aumento de pessoas que precisam de uma baixa hospitalar é muito maior. Eu estava assistindo o jornal, hoje pela manhã, o jornal Rio Grande, e colocavam quadros muito preocupantes, porque o número de pessoas que utiliza um leito hospitalar aumentou mais de 500%, e na grande maioria são pessoas que ainda não foram vacinadas, inclusive pessoas adultas. Por incrível que pareça, nós sabemos que um número significativo da população adulta ainda, infelizmente, é antivacina, são os negacionistas, porque não percebem a importância que a comunidade científica tem na orientação da vacinação, porque a maior parte dos casos de pessoas baixadas ou que perderam a vida é de pessoas que não foram vacinadas. Agora, olhem só, crianças estão pagando por isso. Portanto, cabe aqui um apelo ao atual governo, para ele apresse o seu passo, para que aumente a oferta de pontos de vacinação também para as crianças de cinco a onze anos de idade, ou crianças e pré-adolescentes, porque nós percebemos a importância da vacinação. Nesse sentido, hoje estamos votando um projeto de lei, embora não seja o ideal, porque nós defendemos o concurso público, tendo trabalhadores a contento e pela necessidade, assim nós teríamos, sim, trabalhadores capacitados para a vacinação nos prontos atendimentos, como era no pronto atendimento da Cruzeiro, mas infelizmente o governo não fez concurso, não chamou os concursados e agora está ofertando a possibilidade de fazer uma contratação emergencial. Infelizmente o governo não tem o mesmo olhar que tem a oposição, de poder sempre estar preparado para qualquer imprevisto. A pandemia foi algo que mexeu com a nossa cidade, e infelizmente tanto a testagem quanto o tratamento e o processo de vacinação foram muito morosos. Nesse sentido, nós usamos o espaço da oposição, PT, PSOL, PCdoB, para reforçar a necessidade de ampliar os pontos de vacinação neste momento de extrema importância. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidenta, parabéns pela posição que ocupa hoje, boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, boa tarde, nosso prefeito Cecchim, prefeito em exercício hoje; eu venho aqui justamente dialogar com a base do governo Melo e saber onde está o líder do governo. É importante que nós tenhamos aqui nesta Casa a presença do líder ou da líder do governo. Como vamos avançar nos projetos importantes para Porto Alegre, se não tivermos com quem dialogar? Com quem dialogamos, líder Oliboni? Ninguém sabe. Isso demonstra um certo descontrole, uma desorganização da administração Melo, que foi muito eficiente, no ano passado, nas articulações – isso tem que ser reconhecido. Tão eficiente que conseguiu colocar em prática absolutamente todos os projetos enviados a esta Casa, todos foram aprovados: a privatização da Carris, demissão dos cobradores, o ataque à

previdência dos municipais, e agora não temos um líder ou uma líder para dialogar. É bom que o governo comece a se organizar para que a gente não tenha que, em ano eleitoral, bater cabeça aqui dentro. Então fica aqui o meu pedido para a base governista.

Já que eu falo em privatizações, em serviço público, vou falar sobre a EPTC, essa importante entidade da Prefeitura de Porto Alegre que, paulatinamente, vem sendo destruída, e nós já sabemos que um dos objetivos do vice-prefeito Ricardo Gomes é a destruição absoluta e a entrega do controle do transporte para a Guarda Municipal. A Guarda Municipal tem uma função essencial na nossa cidade, uma função de polícia comunitária, de proximidade, mas sofre também com a falta de efetivo e, nosso entendimento, tem que estar focada na lógica da segurança pública, na lógica da aproximação com a comunidade, bem equipada, bem remunerada. Mas em relação ao nosso sistema de transporte, a todos os debates sobre mobilidade, isso tem que ficar a cargo da EPTC. Foi uma evolução, uma inovação que, inclusive, naquele período, aliviou as obrigações da Brigada Militar e que tem um papel relevante para que tenhamos uma mobilidade urbana que realmente funcione e atenda às necessidades da nossa população. Estamos juntos com as demandas dos trabalhadores e das trabalhadoras da EPTC, assim como de todos os servidores públicos. Neste momento em que temos nitidamente uma lógica que, provavelmente, muito provavelmente, quase uma certeza, também trará para esta Casa a privatização do nosso DMAE, a precarização ainda maior do nosso abastecimento de água, nós vamos fazer mais um embate ao longo deste ano com o governo Melo, porque não temos acordo de que essa é a solução para os nossos problemas. Contem com a bancada do Partido dos Trabalhadores nesta luta. Todos os servidores do nosso Município são pessoas que têm compromisso com a nossa capital, por isso o Partido dos Trabalhadores, que fez 42 anos, na semana passada, o que muito me orgulha, um partido de base, um partido de massas, esse partido estará sempre ombreando ao lado da classe trabalhadora. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde a todos e todas, quero cumprimentar a Ver.^a Mari Pimentel que preside os trabalhos, os vereadores presentes e o público que nos assiste pelas redes sociais e pela TVCâmara. Gostaria de tratar de alguns assuntos importantes, começando, na verdade, pelo tema que o nosso líder da oposição, o Ver. Aldacir Oliboni, já trouxe à tribuna, que é a questão da vacinação de crianças. É extremamente preocupante que, no momento em que a gente tem, no Estado do Rio Grande do Sul, o maior índice de crianças internadas em hospitais por covid-19, o ritmo de imunização esteja tão lento. Ontem à noite, o programa Fantástico veiculou uma reportagem que fala do peso das ideias negacionistas que jogam dúvida sobre a importância da vacinação de crianças em todo o Brasil. Aqui

na Região Metropolitana nós já tivemos alguns casos, nas últimas semanas, principalmente ali no Vale dos Sinos, de tentativas de intimidar os pais e as mães que estão levando seus filhos para se vacinar. Essa é uma medida extremamente importante, e aqui na cidade de Porto Alegre, hoje pela manhã, nós tínhamos um número de cerca de 18% das crianças em idade de vacinação já imunizadas. Isso é um ritmo lento. As aulas estão retornando, a gente quer ir para uma situação de normalidade, mas a vacinação é o que garante. Neste momento, os casos de covid estão muito elevados, num patamar comparável àquele período em que, no ano passado, a gente tinha a bandeira preta, um colapso do sistema de saúde, ao mesmo tempo, o sistema de saúde não está entrando em colapso hoje por causa da vacinação. Então as nossas crianças correm risco, se a gente não acelerar a campanha de vacinação aqui em Porto Alegre. Por isso a gente construiu um projeto de indicação para transformar o ambiente escolar no espaço da imunização. Isso já é uma medida feita no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em cidades com o porte similar ao de Porto Alegre, como Recife, João Pessoa, em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, para acelerar o processo de vacinação, levar a estrutura para dentro do ambiente escolar, disponibilizar ônibus para que as crianças saiam do ambiente escolar e se vacinem, e, dessa forma, a gente acelerar essa medida tão importante. Nós já entregamos o projeto para a secretária de Educação Janaina Audino, que recebeu muito bem, inclusive. A gente espera que, em breve, a Prefeitura tome uma atitude nesse sentido, que é uma medida estratégica neste momento.

Outra questão que nós gostaríamos de abordar com relação à Esquina Democrática. Nesta semana estará encerrando o período de 15 dias que a Prefeitura fez um teste, e nós não sabemos ainda baseado em quais critérios, porque ali na esquina o fluxo de veículos existe desde 1999 com uma restrição de horário. Era a partir das 20h, durante a madrugada, para táxis e lotações. Isso agora está 24 horas por dia, e o resultado que eu pude observar diretamente lá na esquina é extremamente preocupante. Não tem um fluxo permanente de fiscalização por parte da EPTC. Um lugar que é tombado pelo Patrimônio Histórico de Porto Alegre e foi descaracterizado, porque ali se pintou uma faixa de segurança e, não tendo a fiscalização, todo e qualquer veículo tem passado pela Esquina Democrática. Nós presenciamos essa situação, na semana passada, naquele local que, historicamente, desde o século XIX temos ali registros de manifestações políticas, um local que é ponto de encontro da população negra da nossa cidade, inclusive conhecido como Esquina do Zaire, desde a década de 70, que abriga o teatro de rua, inúmeras manifestações culturais. Lembro que nós votamos aqui, Ver. Cassiá, o projeto para restabelecer o palco na Esquina Democrática. Tudo isso, com o fluxo de veículos, agora está ameaçado. E não é uma medida que conecta Porto Alegre com a tendência das principais capitais do mundo. As principais metrópoles hoje estão transformando o centro histórico num ambiente prioritário de circulação de pessoas, de modais alternativos de transporte, limpos, e não em um ambiente de fluxo de carros. É uma medida na contramão dessa tendência e que também impede o próprio fluxo comercial ali na região, porque não há estrutura para fluxo de veículos naquele local. E se começa com táxi, com lotação, nós sabemos hoje a proeminência do transporte por

aplicativos, das motos, e se não tem fiscalização, repito, que é o que já está acontecendo, todo e qualquer veículo passa ali. Neste momento, entidades do movimento cultural, várias organizações sociais da sociedade civil estão fazendo um abaixo-assinado para ser entregue à Prefeitura, estabelecendo um diálogo para que a Esquina Democrática não seja descaracterizada como espaço cultural, patrimônio histórico da nossa cidade, um ambiente político e comercial.

Eu também não poderia deixar aqui, em nome da bancada do PSOL, de me solidarizar com o companheiro João Amaral, membro da executiva do nosso partido em Tapes, jornalista, um ativista do movimento ambientalista, da luta pela terra e dos direitos sociais, que nos últimos dias foi ameaçado fisicamente por criticar os vereadores daquela cidade que votaram um projeto extremamente desrespeitoso com a população, que aumentou, de maneira desorganizada, os cargos de confiança, numa linha que vem precarizando o serviço público e deixando em último lugar o interesse da população da cidade, o interesse da população trabalhadora de Tapes. Então, companheiro João, nós queremos dizer aqui que nós estamos do teu lado, contra qualquer forma de violência política, de agressão, comprometido com a luta em defesa das liberdades democráticas, que é um tema que nós já viemos aqui, nesta Câmara de Vereadores, tratando com muita importância, não apenas com relação à bancada negra, mas contra qualquer tentativa de intimidação de uso da violência para combater ideias. Então, estamos juntos, companheiro João. É isso aí. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Mari Pimentel, ao te cumprimentar, cumprimento os colegas vereadores. Subo a esta tribuna para falar de pautas que dizem respeito a Porto Alegre. Hoje pela manhã, a secretária Janaina Audino tinha marcado uma reunião em que fez um convite para todos os diretores da rede municipal para que pudessem conversar sobre escola cívico-militar, que é uma pauta que foi proposta de governo do Sebastião Melo e Ricardo Gomes, aliás, uma pauta, uma proposta de que Porto Alegre, sim, teria ao menos uma escola cívico-militar. Para nossa surpresa, a secretária Janaina, Ver. Pablo, recebeu um comunicado do fórum dos diretores aqui do Município informando que os diretores não iriam comparecer à reunião. Mais do que isso, vimos movimentações de alguns vereadores e deputado estadual para que tivessem manifestações contrárias à escola cívico-militar. Eis que quem primeiro foi se manifestar não são professores, não são diretores, é aquela turma do sindicato, do Simpa, que efetivamente não sabe do que se trata o assunto, mas que infelizmente vai lá reclamar. Os diretores não irem a uma reunião, convidados pela secretária de educação do Município, para mim, enseja uma certa indisciplina, porque os diretores têm o maior interesse em ter uma educação de qualidade, em saber quais são os avanços, as tecnologias, de saber o que tem de melhor

na educação do mundo, para que possam efetivamente colocar aqui em Porto Alegre. Vemos que tem, sim, muitos diretores que não conhecem a escola cívico-militar como devem conhecer e que fazem um mundo imaginário de que os alunos que estiverem na escola cívico-militar serão como militares – não tem nada que ver! Aliás, não tem nada que ver escola cívico-militar com a escola Tiradentes da Brigada Militar. A escola cívico-militar não tem nada a ver com o colégio militar do Exército Brasileiro, antes pelo contrário, os alunos estarão ali com o uniforme do Município, com o nome da escola cívico-militar e terão o quê? Terão um monitor das forças armadas ou da Brigada Militar que estará fardado fazendo a segurança, melhorando a escola e melhorando o entorno da escola, trabalhando assuntos de civismo, trabalhando assuntos de patriotismo, lembrando que os nossos maiores símbolos são o Hino Nacional, a Bandeira do Brasil e tantos outros. Colocando a gurizada, como era no meu tempo e de tantos outros colegas vereadores, em fila antes de entrarem na sala de aula para cantarem o Hino, que não faz mal a ninguém, aliás, que fez muito bem à nossa geração. As gerações de hoje não sabem nem o que é o Hino Nacional, e a escola cívico-militar se propõe a fazer um modelo diferenciado, onde valores são cultuados, onde há disciplina, onde há meritocracia para os melhores alunos das séries iniciais; de cada turma, o melhor aluno será também homenageado, e isso não faz mal a ninguém. Aliás, eu vi um vereador colocar um *card* que depois vou colocar na minha página, se vocês quiserem. Ele apagou, mas colocou uma vez na internet fica ali para sempre, dizendo que a escola cívico-militar é lugar do ódio, da opressão; ódio e opressão têm aquelas pessoas que falam do que não sabem e que infelizmente dizem “não” às coisas boas que podem acontecer aqui em Porto Alegre. Aliás, na manifestação, tinha inclusive assessores da Câmara de Vereadores, de alguns gabinetes, falando “não” à escola cívico-militar. Sugiro que os vereadores, os assessores, possam conhecer esse modelo que não interfere, não entra dentro da sala de aula, que não muda currículo, que não vai fazer com que esse militar entre na sala de aula para mudar nada. O militar vai ficar da sala de aula para fora, fazendo o que tem de ser feito, melhorando a educação, melhorando princípios e valores. Aliás, eu vou fazer uma sugestão para o prefeito, uma audiência pública para que a gente, Presidente, possa escutar os que têm mais interesse, os pais e as mães das crianças e adolescentes aqui do Município. Eu tenho certeza de que a maioria vai querer a escola cívico-militar, porque essa minoria, essa meia dúzia de gato pingado não fala por Porto Alegre. Muito obrigada, salve à escola-cívico militar!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Senhoras e senhores, boa tarde a todos, aos telespectadores da TVCâmara; Presidente Mari Pimentel, parabéns a V. Exa. pelo excelente trabalho. Em 2021, eu utilizei a tribuna para defender algumas pautas importantes, eu vou citar apenas uma delas: eu defendi o uso de uniforme nas escolas do nosso Município. Eu sempre fui uma criança muito humilde, estudei em escola pública a vida toda e percebi que na escola, Ver. Cassiá, havia desigualdade entre os colegas, alguns colegas iam com roupa de marca, outros com roupas mais humildes – eu era daqueles que iam com roupas mais humildes. Eu entendo que escola é um lugar para estudar; para se divertir, para brincar, fazer amigos, mas principalmente para estudar. Escola não é desfile de moda, porque criança tem que viver a sua infância; escola não é para aprender questão de ideologia de gênero, é para aprender português, matemática, geografia, história, as matérias convencionais, e a criança tem que estar focada no estudo para se preparar para a vida, Ver.^a Mari Pimentel. Eu cobrei aqui na tribuna que eu gostaria que as escolas municipais pudessem realmente utilizar os uniformes; eu ia fazer essa cobrança no primeiro dia de ano letivo. Pois bem, nesta semana, conversando com a Secretaria de Educação, tomei ciência que chegaram os uniformes das nossas crianças do Município de Porto Alegre. Eu só vou ler alguns números para vocês: são 98 escolas municipais; 42 de educação infantil, 48 de ensino fundamental, 4 de educação especial, 2 de educação de jovens e adultos e 2 de educação básica. Eu vou mostrar para vocês o *kit* das crianças: camisa manga curta, unissex, regata unissex, short-saia, bermuda, calça, meia, tênis esportivo com velcro, calça feminina, par de meia, mochila com alça, estojo, mochila com rodinha, *squeeze*; *kit* inverno com camisa longa, moletom, jaqueta, calça, par de meia. Só elogiar a Secretaria Municipal de Educação, elogiar o prefeito Melo, a secretária Janaina e toda a sua equipe. Olhem que mochila bonita! E não se inventou nada, este uniforme aqui é o mesmo uniforme usado em outras escolas. Um uniforme discreto, um azul marinho que as crianças vão usar; um uniforme com bom tecido, que não vai sujar. Vejam bem que diferentemente de outras administrações, nestes uniformes não aparece “administração popular” ou, por exemplo, “administração 2021/2024”, aparece simplesmente o quê? Secretaria Municipal de Educação. Estes uniformes aqui – é claro que todos os anos, as crianças vão usar os seus uniformes – elas vão poder passar para os irmãos, vão poder renovar. E olhem que coisa interessante, vou repetir: diferentemente de administrações anteriores, não aparece “administração popular” ou “administração 2021/2024”. Isso aqui é trabalho de governo, não de administração. Isso aqui vai ficar perpetuado na história do Município de Porto Alegre. O que não pode é todos os anos trocar a cor do uniforme. Agora as novas administrações, as administrações que virão em 2025 e as próximas, que permaneçam com o mesmo uso de uniforme. Isso é uma identificação: o moletom, a camisa, o estojo, o tênis, o *squeeze*, ou seja, as crianças, Matheus, vão ter dignidade. Independentemente de questão ideológica, de partido, isso não é uma questão de governo, é de Estado, Ver. Márcio Bins Ely. Independentemente de quem for administrar a Prefeitura de Porto Alegre em 2025, que isso possa permanecer.

Então, quando a coisa está ruim, a gente cobra; quando funciona, a gente tem que elogiar também. Eu quero aqui elogiar publicamente a secretária de educação

Janaina e toda a sua equipe, e o prefeito Melo, por terem cumprido a palavra. São aproximadamente 49 mil alunos da rede municipal de ensino de Porto Alegre que vão receber uniformes. Isso é motivo de orgulho para nós! Se, em contrapartida, nas administrações anteriores, Porto Alegre está em penúltimo lugar entre as capitais no Fundeb, no índice de ensino, nós temos uma grande oportunidade de melhorar, e começa pelo uniforme. Então, parabéns à Secretaria de Educação, à secretária Janaina; parabéns ao prefeito Melo, ao vice-prefeito Ricardo Gome se a toda a equipe. Eu acho que nós estamos iniciando o ano de 2022 de uma forma positiva, Ver.^a Mari Pimentel. Que feitos como esse possam se repetir nas outras secretarias. Contem conosco e vamos continuar melhorando as questões do Município de Porto Alegre, porque o nosso Município não pode parar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra em Grande Expediente.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, Presidente Mari Pimentel, é uma honra poder estar aqui na tribuna e falar também aos nosso nobres vereadores e vereadoras, ao pessoal que nos assiste por meio da TVCâmara e a todos os funcionários e a todos que estão presentes.

No dia 28 de fevereiro, celebramos o dia mundial das doenças raras. A Lei nº 12.707, de 2020, de minha autoria, estabeleceu a política municipal de atenção, diagnóstico e tratamento das pessoas com doenças raras no Município de Porto Alegre. Para edição dessa lei, contamos com a ajuda de várias entidades representativas na causa, as quais estarão reunidas no próximo dia 20 de fevereiro, a partir da 14h, na Usina do Gasômetro, para celebrar o Dia Mundial das Doenças Raras. Será uma tarde especial que contará com várias atividades tais como atrações musicais, rodas de chimarrão, atividades lúdicas, conversas, conscientização sobre doenças raras.

Eu, como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Doenças Raras aqui na Casa, Presidente também da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – onde me incluo, já completei meus 60 anos e quero também continuar lutando por essa causa, sabemos da grande importância de lutar pelos direitos dos nossos idosos, porque Porto Alegre está envelhecendo, o Brasil está envelhecendo –, tenho a satisfação de comunicar a todos que nos dias 21 a 25 de março se realizará o 6º Fórum Social Mundial das Pessoas com Deficiência e Doenças Raras, como também o 7º Fórum Social da População Idosa e o 4º Fórum Social Mundial da Criança e do Adolescente. Nos dias 22, 23 e 24 de março teremos seminários e palestras que serão realizados aqui nas dependências da Câmara Municipal, de maneira presencial e também virtual, que abordarão assuntos relacionados à temática da pessoa idosa, das pessoas com deficiência e das pessoas com doenças raras aqui na cidade.

Por fim, quero registrar que tramita na Câmara Municipal um projeto de lei de minha autoria que prevê que as instituições de saúde do Município deverão notificar o órgão responsável do Poder Executivo todos os casos suspeitos ou confirmados de pessoas identificadas com doenças raras e genéticas. Esse projeto é muito importante, pois possibilitará a identificação mais precoce das pessoas acometidas por algum tipo de doença rara ou genética, para que tenham um melhor acesso ao serviço de saúde adequado e ao seu tratamento.

Tramita também nesta Casa projetos que instituem efemérides sobre o Dia Municipal de Conscientização sobre as Distrofias Musculares e o Mês de Informação e Conscientização sobre as Distrofias Musculares, também sobre o Mês que de Conscientização da Comunicação Alternativa sobre a Semana das Doenças Mitocondriais e o Projeto de Lei nº 020/22, que prevê a validade por tempo indeterminado do laudo médico pericial que atesta deficiência permanente física, mental, intelectual, auditiva ou visual de caráter irreversível e também o transtorno do espectro autista – TEA. Seguimos empenhados na defesa e na observância dos direitos das pessoas com deficiência, das pessoas com doenças raras e das pessoas idosas do nosso Município.

Quero dizer, Presidente, que lutar por essas pessoas e estar encabeçando a frente parlamentar dessas pessoas é uma honra, poder trabalhar em função da população porto-alegrense, daquelas pessoas que nos colocaram aqui para ser a voz delas aqui da Câmara de Vereadores e lutar também pelos seus direitos. Não podemos aceitar que essas pessoas sejam excluídas da sociedade, que elas não sejam vistas como pessoas que fazem parte da nossa cidade, que estão ajudando, contribuindo com a cidade de Porto Alegre; e também os nossos idosos que construíram, estão construindo e vão continuar construindo uma cidade mais justa e mais humana.

Queremos que os nossos governos, tanto estadual, federal, como também do Município venham olhar para essas pessoas e entenderem que elas não são coitadinhas, que elas não precisam – me perdoem a palavra – de esmola, que elas não precisam de nenhuma ajudinha. Não! Elas têm que ser olhadas como um todo, porque elas também têm direito à saúde, têm direito a andar na cidade com dignidade, com respeito; que sejam tratadas como merecem.

Então, que Deus abençoe a todos e um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Solicito verificação de quórum para ingresso na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e nove Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) – às 16h17min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1581/17 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 184/17, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que institui a Política Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos de Porto Alegre – PMGIRS-Poa – e altera os incs. I, IV e V do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 728, de 8 de janeiro de 2014 – Código Municipal de Limpeza Urbana –, e alterações posteriores, alterando definições. **(SEI 118.00114/2021-66)**

Parecer:

- da CCJ. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela manutenção do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 13-02-22 (domingo).

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em discussão o PLL nº 184/17, com Veto Parcial. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 184/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente dos trabalhos, Ver.^a Mariana Pimentel. Eu gostaria de trazer apenas uma explicação aos colegas vereadores que me procuraram. A matéria que a gente propôs e esta Casa aprovou é importante do ponto de vista de toda essa discussão que se faz, hoje em dia, no Brasil e no mundo sobre a logística reversa, sobre a questão dos resíduos. Porto Alegre não tinha uma política municipal que tratasse sobre os resíduos sólidos à luz do escopo da legislação estadual e da legislação federal. Então, a gente fez um trabalho, e agradeço aos técnicos que nos ajudaram nos debates; mas o veto em si – apenas para

explicar – fala sobre a colocação ou não no artigo setorial da questão das unidades de triagem, cooperativas de catadores. E nós gostaríamos de tranquilizar as colegas e os colegas vereadores porque a legislação prevê as unidades de triagem e os catadores, na nossa proposição, nos lugares onde as legislações estadual e federal preveem, não no artigo setorial. Porque se as administrações pelo Brasil porventura receberem ou quiserem, legalmente, fazer qualquer tipo de parceria público-privada, nós não podemos ter, no artigo que prevê o setorial, na sua redação, a unidade de triagem. A unidade de triagem, os catadores, que são importantíssimos, que fazem um trabalho inclusive de pagamento de serviços ambientais, e a gente sabe que em Porto Alegre é necessário que busquemos implementar mais o rendimento, implementar mais o retorno dessas pessoas que fazem esse trabalho importante na questão dos resíduos, mesmo tendo a visão dessa importância, nós não podemos colocar ali textualmente, na questão setorial. Porém, tranquilizando o Parlamento da capital, no texto que nós apresentamos, a unidade de triagem e os catadores são citados, estão incluídos no texto nada mais nada menos do que 15 vezes! São 14 vezes, e uma vez sobre unidade de triagem e catadores. Então, eles estão incluídos, é a legislação mais moderna, é a legislação equalizada com o Brasil, equalizada com o Estado e principalmente com esses municípios aqui da região da Grande Porto Alegre, que já fizeram o seu trabalho da política municipal dos resíduos sólidos. Está equalizado no texto, está contido no texto e está preservada a importância dos catadores e das unidades de triagem. E o veto do prefeito está correto porque, segundo a legislação, há um impeditivo de qualquer PPP que possa ser feita em resíduos, caso este projeto fosse sancionado da maneira que foi aprovado na Câmara. Então gostaria de encaminhar aos colegas, por ser autor, acompanhando o veto do prefeito Municipal. Por isso nós, da bancada do PSDB, gostaríamos de fazer essa manifestação, acompanhando o veto do prefeito, que tecnicamente é embasado na Procuradoria e também na SMAMUS, do secretário Germano. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 184/17, com Veto Parcial, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa presidente em exercício, Mari Pimentel, colegas vereadores e vereadoras, cidadãos e cidadãs que acompanham esta sessão nesta tarde. Nós estamos avaliando aqui um veto parcial do Prefeito Municipal ao PLL de autoria do Ver. Moisés Barboza, que instituiu a política municipal de gerenciamento integrado de resíduos sólidos. Quem já ouviu falar ou não conhece os 16 pontos de reciclagem ou unidades de triagem em Porto Alegre? Isso é uma política antiga! O projeto de lei não fala, não prevê o acompanhamento, a manutenção ou até a existência dessas unidades de triagem. Lamentavelmente, o governo está muito confuso e perdido. Quando não se tem uma liderança de governo no plenário, é isso que acontece, a gente não ouve a voz do governo, o governo não senta

para poder explicar e reconhecer algo que é de fundamental importância. O governo, no início do ano passado, inclusive, falou em ampliar essas unidades de triagem, porque os catadores existem em toda a cidade e de uma forma desorganizada. Todo mundo agora virou o catador porque o lixo virou, economicamente, algo rentável. Mas nós, da oposição, cobramos, sim, que o governo apresse o passo. Afinal de contas, quem é o líder do governo, para nós, inclusive, conversarmos sobre o próximo projeto que está em discussão na área da saúde? Nós encaminhamos uma emenda, queremos conversar com o líder do governo. Ou será que eu tenho que ligar para o prefeito municipal que está em viagem? Ou para o prefeito em exercício, Idenir Cecchim, que estava aqui há pouco. Mas, é claro, o governo está muito confuso. Quando não consegue dialogar nem mesmo com a própria base, é óbvio que, em relação a qualquer emenda, qualquer veto, qualquer projeto, infelizmente nós não ouvimos o que o governo pensa sobre aquela política em discussão. E, no caso aqui, é inadmissível não reconhecermos as unidades de triagem que existem em Porto Alegre, administradas pelo próprio DMLU. O DMLU, hoje, recolhe o lixo reciclável e leva para essas unidades de reciclagem – inclusive lá são mantidos 20, 30, 40 empregos em cada unidade de reciclagem –, e o governo vetou aqui o reconhecimento da existência dessas unidades de reciclagem. Portanto, nós vamos votar contra o veto. Nós vamos votar contra o veto, Ver. Janta, é inadmissível não reconhecer isso, o governo não é orientado. Nesse sentido, queremos fazer um apelo para que o governo reavalie a posição de vetar a emenda ora apresentada, inclusive aprovada por unanimidade no plenário quando veio o projeto de lei. Pois agora a base do governo possivelmente vai votar a favor do veto. Nós vamos votar contra o veto, essa é que é a grande verdade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 184/17, com Veto Parcial.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-la, presidente, comandando os trabalhos. O que ouvi aqui do Ver. Oliboni, e ele alega que no momento, por não ter um líder definido, vota contra. Ou seja, nós temos maioria no plenário. Trata-se de uma emenda da Ver.^a Cláudia, que é da base do governo, mas me parece que ela entendeu, e a justificativa é clara: nas razões do veto, o prefeito arguiu dificuldades formais e materiais na emenda, de forma que prejudica a consecução de uma norma efetiva. Em suma, expõe os acordos setoriais – de que trata o artigo 4º, inciso I – que devem ser estabelecidos entre os componentes da logística de distribuição de bens e produtos, que vai do fabricante ao consumidor. As unidades de triagem, portanto, podem até ser priorizadas para receber os resíduos recicláveis, mas sem constar, necessariamente, como parte obrigatória nos acordos setoriais, visto que esses não englobam apenas o destino das embalagens, mas outros tipos de resíduos que são incompatíveis com a atividade das unidades de triagem, como a destinação de medicamentos, pilhas, entre outros. Ao incluir, portanto, as associações e

cooperativas de catadores como parte obrigatória do acordo setorial, está se criando artificialmente uma destinação de resíduos que podem não ser aproveitados pelas cooperativas e associações de catadores.

Portanto, com essa explicação, com esses detalhes, nós estamos dando uma ideia para a base de que não é nada contra a Ver.^a Cláudia, que é da base, mas isso prejudica aquilo que o governo pensa e que dá oportunidade a todos. Com o “Inclui associações e cooperativas de catadores como parte obrigatória do acordo setorial”, se está criando, portanto, artificialmente, uma destinação de resíduos que podem não ser aproveitados – vou repetir – pelas cooperativas e associações de catadores. É essa explicação plausível, coerente, de nós acatarmos o veto do prefeito em relação a essa emenda da Ver.^a Cláudia. Obrigado. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação nominal o PLL nº 184/17, com Veto Parcial. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.)

Sra. Presidente, 12 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): REJEITADO o projeto. Mantido o Veto Parcial.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1344/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 055/21, que autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar Técnicos de Enfermagem por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de recursos humanos para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) durante a pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19). **(SEI 118.00360/2021-18)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;

- incluído na Ordem do Dia em 14-02-22.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em discussão o PLE nº 055/21. (Pausa.) O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JESSE SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, quero falar sobre esse projeto do Executivo, de contratação emergencial de profissionais da área da saúde, principalmente, o pessoal da área da enfermagem. Eu queria mencionar a importância disso e falar que essa foi uma construção que nós fizemos, no ano passado, quando, na COSMAM, fomos a campo fazendo visitas, para identificar as principais dificuldades do pessoal da área da saúde que estava encontrando dificuldade para fazer o atendimento e acolhimento daquelas pessoas que buscavam o atendimento de saúde na rede pública municipal. Lembro de uma oportunidade em que nós fomos, como COSMAM, no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, onde a enfermeira, se não me engano, Daniele, nos atendeu falando sobre as dificuldades, sobre o atendimento, especialmente, com relação à questão dos profissionais para fazer o primeiro acolhimento às pessoas que buscavam o atendimento em saúde. Inclusive, nós falamos sobre a questão dos principais modelos de contratos e modelos de contratação que acabavam circundando o sistema de atendimento, e qual era a dificuldade no gerenciamento desses trabalhadores na questão do atendimento à população. Foi colocado pelos enfermeiros responsáveis pelo atendimento e também pela direção do Pronto Atendimento que era necessário, com urgência, fazer a contratação desse pessoal. Agora, com a retomada do atendimento, aquele mais continuado, além do atendimento de emergência, por conta da crise respiratória que estamos passando, vai ser necessária a contratação desse pessoal, para conseguir fazer o acolhimento, de modo a auxiliar as equipes médicas que fazem o atendimento Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul. Foi uma solicitação, inclusive, a partir de um pedido de providências, a partir daquela comissão, com a qual fizemos a visita ao Pronto Atendimento. Posteriormente, por uma necessidade da administração, foi incluída também a contratação emergencial de enfermeiros para atender o Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre. Foi uma demanda que nós observamos *in loco*, no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, fizemos o pedido de providências, e o Município, através da Secretaria de Saúde, do Executivo, acabou acolhendo e trazendo agora esse projeto para ser votado na Câmara de Vereadores.

Queria pedir, primeiro, que os vereadores se sensibilizem com a situação, que é realmente calamitosa, estamos precisando fazer esse atendimento, e também é necessário fazer essa contratação emergencial, por dois motivos. Um, pela questão da velocidade da contratação; e outro, porque pode ser que, a longo prazo, a necessidade de tantos profissionais não se justifique. Então, uma contratação com um tempo determinado, obviamente, prorrogável, pode ser interessante para não onerar os cofres públicos a longo prazo. Peço que os vereadores, por favor, votem a favor. Foi uma construção que se iniciou na COSMAM, no ano passado, e tenho certeza que vai ser bom para as pessoas que necessitam de um atendimento mais ágil; e esses profissionais

vão ser muito úteis no andamento e na velocidade desses atendimentos na nossa rede pública de saúde. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Cassiá está com a palavra para discutir o PLE nº 055/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar a Presidente Mari Pimentel, acho que o Oliboni vai gostar desse projeto, meu amigo Oliboni, tenho quase certeza. Serão contratações de técnicos de enfermagem: para o HPS serão contratados até 35 técnicos de enfermagem; para o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, o PACS, serão 33, e para a SAMU, serão contratados 8 técnicos de enfermagem. Acho que é uma necessidade que todo mundo já expressou em outros momentos, a necessidade de ampliar a capacidade de atendimento no HPS, nos prontos-socorros. Eu acredito que depois venha mais, porque nós precisamos. Nós temos represadas na cidade milhares de consultas e também milhares de operações, muitas já estão ocorrendo, mas outras ainda não. Porque, claro, a pandemia vai e volta, atrapalhando o sistema, mas eu tenho certeza absoluta de que, pelo meio do ano, nós vamos ter uma noção exata. Tenho certeza que no gabinete dos vereadores surgem, a todo momento, a necessidade da consulta que está marcada e que é remarcada para lá pelo meio do ano. Operações que também são necessárias, e conseqüentemente não podem acontecer, porque a pandemia ainda está dentro dos hospitais. Isso traz um transtorno enorme, mas o nosso desejo, Ver. Oliboni, é que pelo meio do ano, se Deus quiser, a coisa esteja mais ou menos controlada e comecem com mais intensidade essas operações e consultas para atender à população de Porto Alegre. Nesse sentido, fico muito contente com essas contratações e, sem dúvida, nossa bancada vai votar favoravelmente. Tenho certeza que, independente de situação ou oposição, esse é um projeto que tem na média, sem dúvida, o apoio de toda Câmara de Vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 055/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidente Mari Pimentel, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde; esse projeto de lei é um compromisso que o governo municipal fez, através do secretário municipal de Saúde, de contratar emergencialmente, em tempo de pandemia, técnicos de enfermagem nas vagas vacantes, assumidas lá em novembro, dezembro, numa discussão que nós fizemos lá com o secretário municipal de Saúde, com várias reuniões, a partir de uma crise institucional que aconteceu no PACS, da Vila Cruzeiro, em que, naquela ocasião, já faltavam 70 profissionais da área da Saúde – eram médicos,

enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares e assim por diante. Se nós observarmos outros locais importantes de atendimento ou instituições importantes, como é o HPS, o HPV e na rede de Atenção Básica, são muitas vagas que estão para serem preenchidas. Eram para serem preenchidas com concursos feitos anteriormente e, infelizmente, embora tenhamos aprovado, nesta Casa, uma emenda de que em tempo de pandemia continuasse valendo o concurso anterior, o governo teve um outro entendimento e não chamou os concursados. Agora, recentemente, domingo, se não me engano, foi realizando um concurso, e nós esperamos que esses, ao menos, possam ser chamados, na medida em que o governo tenha condições e dotação orçamentária para tal. Por isso, nós apresentamos uma emenda. Embora estejamos em tempo de pandemia, e esses técnicos serão chamados para essa função, possivelmente continuarão até o final do ano ou até o ano que vem, o governo terá tempo suficiente para fazer a dotação orçamentária, para que, no próximo ano, no mínimo, ou em seis meses, possam ser chamados os que fizeram concurso público recentemente. Nesse sentido, queremos dizer que este projeto de lei é um paliativo, sim, mas atende a uma necessidade urgente de técnicos de enfermagem, numa situação emergencial, num contrato emergencial, para atender, em tempo de pandemia, a falta de servidores nesses pontos importantes que eu citei, como também na Atenção Básica. Lamentamos que tanto o governo anterior como este infelizmente demitiram mais de 1.800 servidores que estavam no IMESF, e que, judicialmente, ainda cabe recurso. Poderiam ser mantidos esses servidores e nós teríamos um atendimento completamente diferenciado. Nós teríamos a Atenção Básica funcionando a todo vapor; os mais de 140 pontos de atendimento estariam oferecendo ao cidadão, adultos ou crianças, a vacina. Eu tenho certeza de que a realidade seria outra, nós teríamos perdido muito menos cidadãos e cidadãs se o governo tivesse oportunizado a vacina e a testagem em tempo hábil. E mais do que isso, não tivesse defendido o tratamento precoce, mas, sim, um tratamento adequado, a rede hospitalar não teria tantas baixas acontecendo – como está acontecendo novamente com as crianças. Olhem só, nos últimos 30 dias, aumentou mais de 500% a lotação dos leitos de UTIs pediátricas, com crianças e adolescentes. Nesse sentido, é fundamental a Atenção Básica funcionando, e a testagem também, e mais do que isso, também a vacina sendo oferecida a todos cidadãos e cidadãs.

Claro que nós vamos votar favoravelmente ao projeto de lei, e esperamos que o governo tenha mais sensibilidade com relação à ideia de fortalecer o serviço público, com o cidadão, a cidadã sendo concursados, e a Atenção Básica, o Pronto Atendimento da Vila Cruzeiro – PACS e o HPS funcionando a todo vapor, com qualidade e valorização do servidor público. Não esquecendo da política salarial que, infelizmente, faz mais de cinco anos que os servidores não recebem reajuste. Portanto, na defesa do concurso público, na defesa do atendimento médico para todos cidadãos, com qualidade, com urgência, nós votaremos favoravelmente ao projeto de lei. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE n° 055/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): (Problemas técnicos no som.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLE n° 055/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Ver.^a Mari Pimentel, sempre é um prazer ter uma mulher presidindo os nossos trabalhos, e é a primeira vez que temos uma empreendedora dirigindo os trabalhos desta Casa; é um prazer estar usando a tribuna, enquanto a senhora preside.

O Ver. Oliboni aqui declarou apoio a este projeto, um apoio importante da oposição. Mas, no final, o vereador vem com um cutuco: “Que este governo, que o governo passado” – eu não estou aqui com procuração do governo passado, mas estou com procuração do atual governo – “demitiu mil e poucos funcionários do IMESF”. Uma mentira, falada e contada; um dedo batendo numa tecla – eu sou do tempo da máquina de datilografia, havia teclas que ficavam marcadas, Ver. Oliboni, lá no rolo. Então, ela se torna uma verdade, uma letra marcada, assim como uma carta. Tudo que aconteceu no IMESF, esse governo não tem culpa nenhuma, foi uma decisão judicial que nós já debatemos várias vezes nesta Casa a forma como se deu. A justiça, o Supremo Tribunal Federal disse: “Encerrem-se os contratos do IMESF”. Nós estamos tentando melhorar essa questão do contrato.

Outra coisa que começou a virar uma tecla, é dizer que a culpa de não vacinar é do governo. A culpa de não vacinar é uma polarização que existe, dizendo que não tem que vacinar, que vão morrer. Antes era virar jacaré, agora não vira jacaré, morre a pessoa que tomou a vacina. Só que as pessoas não veem que estão morrendo muito mais pessoas que não tomaram a vacina. Hoje nós temos em torno de 85% das pessoas que estão internadas na UTI que são pessoas que não tomaram a vacina, são pessoas que negaram a ciência, são pessoas que não estão vendo o resultado disso no mundo.

Na minha casa, agora no início do ano, a minha esposa, eu, a minha filha, todos pegamos covid. Foi por acaso que nós descobrimos que estávamos com covid, Ver. Oliboni, por acaso! Um outro lugar que eu frequento pediu o teste um dia antes de ir ao local, nós fomos fazer o teste, eu e a minha esposa, e estávamos os dois com covid, sem saber! Não tínhamos sintoma nenhum, nada, nada, nada e estávamos os dois com covid. O que aconteceu? Eu tinha tomado a terceira dose da vacina, minha esposa já tinha tomado duas – tomou depois a terceira, tem um tempo de quarentena –, então a vacina salva vidas! Não está acontecendo a vacinação, não é porque o governo não tem – chegou mais um avião de vacinas na cidade de Porto Alegre –, é porque virou uma polarização: “toma vacina” e “não toma vacina”. Pena que a minha filha não tem idade

ainda, mas assim que ela tiver a idade ela vai tomar vacina. Está comprovado que vacina salva vidas, salva centenas de vidas.

O governo disponibilizou, ampliou a testagem, existem os testes, mas assim como a vacina, as pessoas começaram a ter receio de fazer testagem, eu não entendo isso! Receio! Começaram a criar lendas urbanas agora que não é mais um cotonete, que enfiam uma espátula no nariz das pessoas, o que é uma mentira. As pessoas não fazem o teste, nem a vacina, e começam a criar lendas urbanas.

Eu quero dizer que eu tomei as três doses, a única reação que eu tive foi a reação de qualquer vacina, ficar com uma dor no braço, a vacina da gripe proporciona isso, e a primeira vacina da gripe até proporciona um estado gripal, só que permite que a pessoa tenha condições de viver sua vida e não fique lotando o Sistema Único de Saúde, não fique lotando as nossas UTIs, não fique contaminando os servidores da área da saúde.

Quero dizer que este projeto é uma necessidade da cidade de Porto Alegre para melhorar o sistema dos prontos atendimentos, para melhorar as unidades, não somente da Cruzeiro, mas da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro, e o próprio Hospital de Pronto Socorro. É um projeto que ajuda a cidade de Porto Alegre e repõe uma parcela de profissionais que nós estamos precisando. Volto a afirmar: a questão do IMESF foi provocada, a questão do IMESF foi uma decisão da justiça, em última instância, por isso só coube ao governo municipal, ao prefeito Melo cumprir essa decisão; semelhante – para as senhoras e os senhores que estão nos ouvindo – ao teto do Município, que tem uma decisão federal que determina o teto de R\$ 19 mil, e o governo simplesmente tem que cumprir, como fez com o IMESF. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vamos suspender a sessão para reiniciar o programa de som. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h59min.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) – às 17h09min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Roberto Robaina, cuja manifestação foi interrompida por problemas técnicos no som, retoma seu tempo em discussão do PLE n° 055/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Mari. Estava explicando ao Luiz Afonso que o problema técnico foi geral, não foi aqui no meu computador!

Voltando ao tema, depois da longa interrupção, quanto ao projeto do governo – eu estava dizendo quando vocês não escutavam, só o pessoal que estava *online* –, é evidente que nós vamos votar no projeto do governo. Teria que ser um político

sádico, insensível, totalmente desinteressado acerca dos problemas das pessoas para não votar num projeto que garante a contratação emergencial numa área que vive muita carência – tanto no Postão da Cruzeiro, como no HPS e na Bom Jesus, é generalizado. Também pelo motivo que o Oliboni falava, e que o Ver. Janta nega sempre, mas o fato de o Ver. Janta negar não quer dizer que não seja real, que é a política do Melo de seguir a posição do Marchezan de demitir os trabalhadores do IMESF, já houve esse processo de sucateamento. Nós vamos votar a favor, é lógico que nós vamos votar a favor, não se pode ter falta na área da saúde; agora, nós queremos fazer um alerta: o governo está fazendo uma política de desmonte do serviço público, não só porque demitiu concursados do IMESF, mas também porque não chama os concursados que já foram aprovados.

A emenda que eu apresentei tem essa natureza, de chamar os concursados que já foram aprovados e fazer um novo concurso planejado, porque não é possível que o governo de última hora diga que é preciso fazer contratação emergencial. Bem, evidente, se existe a emergência, e ela existe, porque o governo tem sucateado o serviço público, tem demitido pessoas concursadas e não tem contratado as concursadas, as que são aprovadas, nem planejado concursos. Então, como o governo não planeja nada, quando tem um aperto absoluto, quando vai colapsar de modo total, porque semicolapsados nós já estamos, o governo vem com propostas de projeto de lei de contratação emergencial. Então, não é isso aí, o Oliboni foi muito moderado e eu elogio o Oliboni por isso, mas - veja só, Oliboni - a moderação que tu expressas e que eu admiro não tem correspondência com a intervenção do Ver. Janta, que é um dos políticos mais próximos do governo, que tenta mais defender o governo, porque o governo só ataca, porque o governo não quer saber de pensamento crítico, o governo quer simplesmente fazer com que a Câmara seja um lugar de avalizar os seus projetos. Nós vamos, sim, votar neste projeto, este projeto vai ser unânime. O Ver. Cassiá dizia que não tinha muito o que pensar, este projeto vai ser unânime. O que eu quero saber é se nós vamos ter também uma posição correta sobre as emendas. As emendas justamente que definem a necessidade de chamamento para as pessoas que foram aprovadas no concurso e que o governo planeje o concurso, de acordo com as demandas, com planejamento das demandas que vamos ter na área da saúde que é uma área muito sensível na qual Porto Alegre está muito malcuidada. Então, nós apresentamos emendas nesse sentido, algumas emendas, o PT fez, o PSOL fez. Repito, sim, aprovar o projeto é uma necessidade, mas nós queremos que o governo realmente dê bola para o serviço público. Por enquanto, o que o governo está fazendo é aproveitar esse processo de contratação emergencial para avançar numa política que significa terceirizar tudo. Quer dizer, o governo quer sabotar a ideia de concurso público. Quando eles demitem, no IMESF, pessoas que foram concursadas, essa era ideia também, não é à toa que contrataram empresas privadas que estão prestando um serviço muito inferior ao serviço do IMESF. É óbvio que as empresas privadas vão prestar um serviço inferior, receber recursos do Município, o Município fica na mão de empresas que ora dizem que tudo bem, vão fazer o serviço, depois podem abandonar o serviço, e o governo, ao invés de se constituir como um governo capaz de ter uma Atenção Básica, de ter um aparato

na área da saúde capaz de o Estado mesmo suprir as demandas, o governo fica na mão de terceirizadas que nós sabemos que... Basta ver a experiência de Canoas que foram muitos esquemas de corrupção, basta ver os esquemas que nós temos visto no DEP, o que nós vimos em várias áreas do governo, na área do lixo, como as terceirizadas são um problema para a garantia da transparência, para a garantia da qualidade do serviço. Então, nós vamos aprovar, mas nós vamos defender emendas que são emendas para realmente defender o serviço público. Esse é o objetivo da nossa emenda e o nosso voto de aprovação do projeto com esse acréscimo. Muito obrigado, Luiz Afonso, e vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLE nº 055/21.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde, senhoras e senhores; boa tarde, Presidente Mari, colegas vereadores e público que nos assiste; queremos aqui parabenizar o governo por este projeto. Eu acho que temos que entender, Ver. Hamilton, que mesmo que seja um contrato emergencial, não importa, quando puder, faz-se um concurso, porque aquela pessoa que chega ao posto de saúde, para ela, não importa se a pessoa que está ali, se o enfermeiro, ou seja médico, ou seja o que for, que vai atendê-la, não importa para ela, se essa pessoa está ali contratada temporariamente ou através de um concurso. Eu acho que o importante é que tenha alguém para atender o público que é, na verdade, uma falta, um déficit muito grande em todos os postos de saúde, isso não é só em Porto Alegre, então, precisamos urgentemente contratar, e aqui diz, no projeto, para contratar (Lê.): "...autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar Técnicos em Enfermagem, por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público de recursos humanos para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) durante a pandemia pelo novo coronavírus (covid-19)...". E aqui o mais importante: para o Pronto Socorro - HPS, 35 técnicos em enfermagem; para o PACS, 33; para o SAMU, 8 técnicos em enfermagem. E nós do Republicanos, a bancada Republicanos, nós protocolamos uma emenda que diz o seguinte, na verdade, ela só retira o inc. VI do art. 10, que diz (Lê.): "...com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos...". Nós entendemos que o projeto excluiria pessoas com 60 anos, por isso, nós colocamos a retirada, nesta emenda, do inc. IV do projeto. E vamos então votar favoravelmente não só no projeto como também à nossa emenda do Republicanos. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLE nº 055/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Vivemos uma situação calamitosa na nossa cidade, envolvendo a saúde. Postão da Cruzeiro, Hospital Presidente Vargas, diversas UBSs, todos esses espaços colapsando frente ao caos da saúde. Respostas imediatas, açodadas, respostas que não têm um planejamento, que não observam um processo gradativo de concursos públicos acabam sendo respostas momentâneas, respostas que não são as respostas mais adequadas. Votaremos favorável a este projeto trazido pela Prefeitura, porque entendemos da urgência da contratação desses profissionais, mas chamamos atenção para a destruição gradativa da saúde pública de Porto Alegre. Profissionais doentes, muitos infectados com o coronavírus, diversas situações de falta de material, superlotação - todos que conhecem o nosso sistema de saúde sabem da realidade. É necessário que a Prefeitura assuma o compromisso de realizar mais concursos públicos, assuma o compromisso de valorizar essas profissionais, esses profissionais da saúde e também que afaste em definitivo parlamentares ou aqueles membros do seu governo que ainda flertam com o negacionismo, que ainda flertam com essa pauta de vacina, que ainda instigam que crianças não devam se vacinar, levando diversas crianças a óbito e à internação nos nossos hospitais. Os casos cresceram drasticamente nos últimos meses, envolvendo principalmente enfermeiras, médicas e o sistema quase parou. Foi por detalhe que, mais uma vez, nós não repetimos o início de 2021. Graças a Deus, para quem não acredita em Deus, graças a boas coincidências, entre aspas, mas, na verdade, graças à ciência, graças à vacina que nós tivemos uma situação um pouco melhor, uma situação um pouco mais controlada; caso contrário, teríamos milhares de mortes diárias novamente no nosso Estado, na nossa capital, no nosso País. Nós estamos solidários à batalha dos trabalhadores e das trabalhadoras da saúde, estamos acompanhando as necessidades, sabemos que esta pauta que estamos votando hoje é uma demanda desses profissionais, mas defenderemos sempre o concurso público, sempre a contratação em definitivo desses profissionais e dessas profissionais. Esperamos que a Prefeitura realmente assuma um compromisso com os profissionais da saúde e com o SUS, porque nós vemos, em relação ao IMESF, uma série de equívocos, uma forma de não reconhecer o trabalho prestado por aqueles profissionais e o que, com certeza, impactou neste momento que nós estamos vivendo, nessa falta de servidores e servidoras, nessa falta de profissionais, o IMESF, o que foi feito pela Prefeitura em relação ao IMESF tem um impacto. Então, vamos aprovar e estamos juntos com todos os trabalhadores e trabalhadoras da saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 055/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, colegas vereadoras e vereadores que acompanham esta sessão, minha saudação. Venho até esta tribuna indignado; indignado, porque, mais uma vez, o governo traz paliativos para as

necessidades da cidade. Nós precisamos de quadro permanente de servidores, concurso público, mas é o governo do temporário. É o governo do vai se empurrando, como se diz no linguajar popular, eles vão empurrando com a barriga os problemas da cidade. O problema da água, eu falei há oito meses, agora faltou água, aí eles dizem que é um problema histórico, mas eu falei há oito meses. O problema da saúde, estão previstos aqui, apenas 35 técnicos para o HPS! Nós fizemos um levantamento em 2017, em todos os setores, vereadores e vereadoras, e a necessidade à época era de 200 técnicos em enfermagem. E hoje eles querem 35 apenas temporários, por 180 dias! A necessidade da cidade é outra, não é de 180 dias. Ficaram um ano à frente da Secretaria Municipal de Saúde e não conseguem sequer administrar os espaços de maior atendimento da cidade: o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, o HPS, o HPV nem aqui está previsto e a necessidade inicial do HPV é de 46 técnicos, não estão previstos aqui. Portanto, este projeto não chega a 30% da previsão de RH que se precisa, que não pode ser temporário. Tem que ser permanente! Mas o que esperar do prefeito que só viaja, só passeia, e não traz nada a Porto Alegre. Ontem, de novo, lá se foi ele para Brasília para voltar com a mala vazia como tem sido de praxe. Eu não sei por que ele não concorreu a deputado federal para ficar mais em Brasília do que em Porto Alegre. Eu fico indignado, porque ele deveria estar aqui, nesta Casa, agora, respondendo, porque não tem líder de governo, respondendo o porquê que ele está prevendo menos de 30% da necessidade de quadro de técnicos em enfermagem. O que dizer dos médicos? Agora uma empresa está contratada no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul que oferece menos do que deveria oferecer. Não chega a 80% da necessidade do que prevê o contrato, por isso tem noites que as pessoas esperam oito horas por atendimento. Aí vai botar lá 33 técnicos apenas, sendo que necessidade mínima do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul é de mais de 50. Só na área da psiquiatria, vereadores, são nove técnicos que faltam. Nove técnicos! Então, o governo vem com paliativos. Eu votarei favorável, porque melhor esses por 180 dias do que nada! Mas isso é pouquíssimo, é uma irresponsabilidade do secretário Sparta, que é outro que fez uma vergonha em janeiro. Em plena pandemia, ascensão da covid, retirou-se para participar de uma votação, lá do filho, um conselho, mas o que é isso? E ainda não pôde nem votar, passou vergonha e foi para as páginas de jornal. Esse é o secretário de saúde que temos. Meu Deus do céu! Os cidadãos estão entregues ao quê? Dinheiro não falta, foram previstos no orçamento quase R\$ 10 bilhões, mas nós não temos implementadores, faltam gestores comprometidos, faltam pessoas com responsabilidade com o público. Essa é a vergonha. Por mais esforço que esta Casa faça agora para votar na emergência esse projeto, para garantir o mínimo, olha só, oito técnicos para o SAMU. Oito técnicos! O secretário não tem vergonha de apresentar uma coisa dessas? Tantas reuniões que fizemos, tantas reuniões! secretário Sparta, onde o senhor está com a cabeça? Se a gente já lhe disse, os servidores lhe disseram, os presidentes de hospitais lhe disseram, tanto do HPS, quanto do HPV, quanto do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul. Eu fico escandalizado, porque isso, no mínimo, é falta de sensibilidade com quem está lá na ponta. Imaginem vocês tendo que dar conta do trabalho de dois ou três, é isso o que está acontecendo no HPS, porque a necessidade é de 200 técnicos. É um técnico fazendo o

trabalho de três. Eu recebo mensagens deles, assoberbados de tanto trabalho. Eles estão cansados, estão adoecendo. Licença-saúde acontece, porque as pessoas estão pressionadas. Nós não podemos fazer isso. Para concluir: governo, vocês têm que ser governo. Se vocês não querem trabalhar, entreguem o chapéu para quem queira administrar uma cidade de verdade. Tem que ter concurso público, não pode ser só sucateamento. Esse é o nosso protesto, mas votarei favorável a esse paliativo. É um paliativo, isso não conserta a situação caótica da saúde de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Diretor, por favor, proceda ao apregoamento das emendas ao PLE nº 055/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Pedro Ruas e do Ver. Roberto Robaina, ao PLE nº 055/21.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLE nº 055/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLE nº 055/21.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria dos vereadores Leonel Radde, Aldacir Oliboni, Jonas Reis e Laura Sito, ao PLE nº 055/21.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLE nº 055/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLE nº 055/21.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Alvoni Medina e do Ver. José Freitas, ao PLE nº 055/21.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLE nº 055/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLE nº 055/21.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria dos vereadores Leonel Radde, Aldacir Oliboni, Jonas Reis e Laura Sito, ao PLE nº 055/21.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLE nº 055/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 04 ao PLE nº 055/21.

Apregoo requerimento de autoria do Executivo Municipal solicitando a retirada de tramitação do PLE nº 047/21.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o requerimento de autoria do Executivo Municipal solicitando a retirada de tramitação do PLE nº 047/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 055/21. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Mari Pimentel. O Ver. José Freitas fez uma intervenção dizendo que, para a pessoa na ponta que está recebendo atendimento, não importa se o servidor é concursado ou não. Pois eu acho que isso é um equívoco, porque isso é desconsiderar que o trabalho precário - aí falando sobre trabalho precário - não é um tipo de trabalho que facilite para o trabalhador se qualificar na sua área. O trabalho precário e o trabalho temporário, ainda mais na situação que nós temos de desemprego estrutural, levam o trabalhador, logicamente, a ficar num nível de angústia e de preocupação com o seu futuro imediato, o que dificulta completamente a planificação profissional desse trabalhador. Isso não é culpa do trabalhador, isso é a angústia dos tempos atuais, a angústia de um País, até de um mundo, mas de um País, ainda de modo muito mais grave, onde nós temos desemprego estrutural. E a área da saúde é uma área muito sensível, porque lida com a vida humana. Então nós precisamos dar o máximo de incentivo ao trabalhador, para que ele tenha as melhores condições possíveis de se profissionalizar, de se qualificar e que não precise viver com uma angústia diária. Quem é trabalhador de terceirizada sabe do que eu estou falando: a angústia diária, às vezes, inclusive, de não receber o salário correspondente ao trabalho do mês. Nós estamos cansados de ver terceirizadas na área da saúde que, simplesmente, fecham as portas, não pagam os trabalhadores e depois não são sequer cobradas pelo governo, porque os donos fecham e liquidam o CNPJ. Depois,

por sinal, muitos deles abrem novas terceirizadas. Nós sabemos que, ao longo da história, muito disso aconteceu em conluio com políticos. Essa é a história da terceirização. A terceirização na saúde, não é à toa que é proibido pela Constituição que a saúde tenha o domínio do setor privado. Não é à toa! Não é à toa que, até agora, ao contrário do que diz o governo, ao contrário do que dizem muitos vereadores que defendem o governo de qualquer forma, o IMESF ainda não foi julgado pela justiça. O IMESF está sendo debatido na justiça pelo Supremo Tribunal Federal nestes dias, por sinal. Por que está sendo debatido? Porque é proibido, pela Constituição, fazer, na Atenção Básica, a privatização, e as terceirizações são isso. Agora, quando nós estamos falando de contratação temporária, se não chega a ser uma terceirização, é um caminho, porque é a sabotagem do concurso público. Esse espírito de sabotar o concurso público é o espírito que faz com que, cada vez mais, ganhem peso, no serviço público, as empresas terceirizadas com todo o seu histórico de falcaturas. A emenda que eu proponho, eu, o Pedro Ruas, o Ver. Matheus, a Ver.^a Karen, a bancada do PSOL, e tenho certeza também de que com o apoio da oposição, espero que de outros vereadores e vereadoras preocupadas com a necessidade de se defender o serviço público... Defender o serviço público é defender a saúde do povo, porque significa um serviço mais qualificado. É um serviço mais qualificado, porque os trabalhadores têm melhores condições de se qualificar, e é, sim, um dever do governo cobrar essa qualificação, permitir condições e cobrar essa qualificação. O que não pode é nós sabotarmos os concursos públicos, defendendo linhas emergenciais, não planejando concursos, não chamando as pessoas que passaram nos concursos, demitindo concursados, como no caso do IMESF, isso é totalmente inaceitável. Além do mais, e com isso concluo, fazendo contratações temporárias absolutamente insuficientes, porque a necessidade de trabalhadores, de recursos de RH na área da saúde é muito superior ao que está previsto nessa contratação. Como eu disse, nós vamos votar a favor da contratação, porque é óbvio que a emergência é absoluta, mas a emergência é tão grave que a contratação emergencial não resolve. É preciso chamar os concursados que passaram no último concurso e planejar um próximo concurso, para que nós não tenhamos que, de novo, discutir, na Câmara de Vereadores, a necessidade de contratos de emergência, porque não se teve tempo de planejar novos concursos. O governo serve para planejar, o governo não pode ser um governo que terceirize a gestão. Infelizmente, parece que o governo Melo está terceirizando a gestão da área da saúde, não simplesmente terceirizando serviços. Essa é a proposta de emenda que nós submetemos ao plenário e pedimos a aprovação dos vereadores e das vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 055/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 12 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): REJEITADA a Emenda nº 01 ao PLE nº 055/21.

Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 055/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sra. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão neste momento na votação do projeto de lei de contratação de técnicos de enfermagem, em regime emergencial.

Há pouco, é uma pena, mas eu creio que os colegas vereadores não entenderam e, se entenderam, eu diria que não são favoráveis ao servidor público. Quando se trata de uma situação emergencial, ela é temporária, mas foi feito concurso público recentemente, e a emenda remetia a que esse processo de concurso público e de contratação emergencial pudesse ter tempo e, assim que diminuísse a pandemia ou passasse um prazo determinado, o governo pudesse valorizar o concurso público. Não é diferente a emenda que ora apresentamos, ela só não estipula o prazo. Nós recebemos uma orientação da assessoria do secretário da Saúde, fizemos a mudança. Falei há pouco com o secretário da Saúde Sparta, e aí nós mudamos a emenda. O escopo da emenda diz o seguinte: "O Poder Executivo Municipal promoverá, em prazo hábil, o chamamento dos aprovados no concurso público para suprir de forma definitiva as contratações dos técnicos em enfermagem, para atender as necessidades de recursos humanos da Secretaria Municipal da Saúde".

O poder público fez concurso só por fazer? Ou ele pretende, num tempo hábil, antes ou pós-pandemia, chamar os concursados? É isso que nós queremos que a liderança do governo fale, mas o governo não tem liderança. Com quem nós estamos falando? Eu liguei para o secretário da Saúde, reconhecendo o pedido da sua assessoria. Nosso prefeito não está em Porto Alegre, nosso Presidente que, geralmente, fala sobre isso, está assumindo a vaga do prefeito, e recebeu uma informação do nobre e querido colega Pablo que o prefeito disse o seguinte, inclusive já nas páginas da Rosane de Oliveira, de que, até o fim de semana, teremos um novo líder. Está fazendo falta! Mas um líder que compreenda o que nós estamos fazendo aqui, senão, vamos fechar a Casa! Vamos devolver o salário! Nós estamos dizendo que um concurso público tem prazo de dois anos, com renovação para mais dois anos. Nós estamos dizendo em uma emenda em tempo hábil, e nem isso os caras aceitam? Falta de conhecimento de causa! Nós não estamos botando a faca no pescoço. Estamos dizendo que a pandemia pode terminar ali, no final do ano, daqui a seis meses, se tivesse uma política de vacinação em massa, de testagem, de controle, mas parece que o governo daqui trabalha com a lógica do governo federal, essa é a verdade. Acho que governo federal não quer que termine a pandemia, até porque foi difícil se convencer da vacinação das crianças e adolescentes de cinco a onze anos. E aí demora a vir a vacina, não vem e, quando vem, são poucos pontos de oferta para as pessoas se vacinarem. Nós queremos que a rede de Atenção Básica, que os prontos atendimentos, que os instrumentos públicos estejam com

servidores suficientes para atender a população. Não é o que acontece no HPS, no PAC da Cruzeiro, na Atenção Básica, faltam muitos servidores! Embora o governo tenha terceirizado a maior parte desse serviço, só manteve pequena parte dos Agentes Comunitários de Saúde, de Agentes de Combate às Endemias, e ainda não fez a absorção definitiva desses servidores, e só absorveu por força de lei.

Pessoal, nós precisamos de um líder que dialogue e conheça por dentro muitas questões que são fundamentais para nós, e, quando nós apresentarmos um projeto de lei, ele venha aqui dizer para nós, que venha falar para nós. Mas essa é uma emenda simples, apenas reconhecendo que houve concurso público, que ele tem prazo de validade e é preciso que, nesses instrumentos públicos, como é o HPS, o PAC Cruzeiro, o HPV, sejam servidores públicos! Essa é a grande verdade, por isso, pedimos a sensibilidade do governo de aceitar essa emenda, ao menos, para fazer um reparo ao projeto de lei. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador,)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Hamilton Sossmeier, a Emenda n° 04, destacada, ao PLE n° 055/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 12 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): REJEITADA a Emenda n° 04 ao PLE n° 055/21.

Em votação o PLE n° 055/21. (Pausa.) O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, Presidente Mari, todos que nos assistem através do TVCâmara, nossos nobres vereadores. Esta Emenda n° 03, que criamos, exclui o inc. IV do art. 10 do projeto, o qual impede a contratação de pessoas com 60 anos ou mais.

Nós, da bancada do Republicanos, entendemos que as pessoas com 60 anos ou mais podem, sim, ainda contribuir com o seu trabalho, com a sua experiência, comprometimento, desde que tenham saúde e estejam aptas pelo exame admissional. Peço aos nobres vereadores, a todos, a aprovação desta emenda, que acho de suma importância para os idosos. E até me coloco, Presidente, já com 60 anos, apto para continuar trabalhando, exercendo a função e dando a contribuição para a nossa cidade, sabemos a importância de ter pessoas realmente trabalhando, ainda mais nessa pandemia, na situação em que o povo brasileiro está enfrentando, com as grandes dificuldades econômicas. Sabemos que existem centenas de pessoas que ainda estão contribuindo com a cidade de Porto Alegre, principalmente nessa faixa etária e que ainda têm vigor, força. Não é, Ver. Freitas? O senhor já está chegando aos seus 60 anos,

e acredito que, quando chegar lá, o senhor também vai querer que tenha uma porta aberta para continuar exercendo a sua função. Vamos supor que o senhor fosse uma pessoa que pudesse trabalhar na saúde como enfermeiro e gostaria que tivesse uma porta aberta.

Então peço o carinho dos nobres vereadores, para aprovação desta emenda, e que Deus abençoe a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação a Emenda nº 03 ao PLE nº 055/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLE nº 055/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 358/21, por duas sessões.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Matheus Gomes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 006/22 – (Proc. nº 0013/22 – Ver^a Psicóloga Tanise Sabino) – requer a constituição da Frente Parlamentar da Dependência Química: prevenção, tratamento e ressocialização. **(SEI 215.00001/2022-25)**

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o Requerimento nº 006/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1124/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 061/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que concede a Comenda Porto do Sol a Paulo Sérgio Pinto. **(SEI 220.00156/2021-75)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 14-02-22 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em discussão o PR nº 061/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) – às 18h04min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Jonas Reis está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Venho até esta tribuna neste período importante para conversar com o povo de Porto Alegre sobre os problemas desta cidade. Este prefeito que aí está não resolve os problemas. Vejam só, este vereador veio até esta tribuna há oito meses, não é há uma semana, não é há meio ano, há oito meses, e falei que, se não houvesse previsão, faltaria água na Zona Leste e Extremo-Sul. Aí estamos, janeiro já passou, e até agora falta água em muitas regiões da cidade. Não fizeram o dever de casa. O diretor do DMAE, esse, nem se fala. Não sei o que faz no DMAE. Eu queria entender. Confesso. Gostaria de saber qual o papel que ele cumpre num departamento que é superavitário e que não falta dinheiro. Agora o prefeito vai, sobe o morro, fez um turismo lá, porque, desde a eleição, nunca mais subiu. Nunca mais subiu, não é Ver. Oliboni? Nunca mais. Na eleição, apareceu lá. E aí prometeu quatrocentas caixas d'água. Mas o que é isso? Tem que ter previsão, tem que ter planejamento. Está na gaveta o plano municipal de saneamento básico. É por isso que falta água. Não há justificativa. É desumano. É indignante para o trabalhador chegar suado em casa e não poder tomar um banho, não poder cozinhar. Não há justificativa para a falta de água nesta cidade. Não há, porque tem dinheiro, Melo, tem dinheiro, e o senhor não usa o dinheiro do povo para o povo. É, o senhor vira as costas para quem o elegeu, porque quem o colocou lá na cadeira não foram os megaempresários. Não! Os megaempresários não foram. Foi o povo de Porto Alegre. E o senhor agora governa de frente para a orla e de costas para a cidade. Eu não duvido que logo, logo, coloque a sua cadeira de prefeito ali no Cais Embarcadero, para ficar bem de costas mesmo para todo mundo. Porto Alegre não é só a orla. Quem não gosta da orla? Todo mundo gosta. Mas Porto Alegre tem muitas vilas, tem muitos bairros populares que não têm regularização fundiária. O diretor do DMAE foi lá, e ele teve a coragem de dizer que o problema da

falta de água é por que é ocupação irregular, mas Porto Alegre foi criada assim por falta de planejamento da direita. Vocês estão, sim, o MDB, há muito tempo governando a Prefeitura. No governo anterior, vocês tinham uma secretária. Então não venham dizer aqui que vocês não sabem, que o problema é dos outros. O problema é de vocês, porque vocês não têm compromisso e competência com esta cidade, e isso eu lamento, porque a cidade sofre. Onde já se viu esperar tanto tempo, um ano à frente do DMAE e não saber. Não ouviu os técnicos do DMAE, não ouviu os engenheiros, não ouviu as chefias. É só exoneração. Só aposentadoria. Não tem reposição de quadros. Há quatro anos, nós já dizíamos que estava mal. Agora piorou. Como pode, um departamento que chegou a ter três mil funcionários, hoje trabalhar com um pouco mais de mil. Não tem como dar certo. Não dará certo. Faltará mais e mais água na cidade. Nem que bote uma caixa d'água para cada cidadão. Se isso é política de saneamento básico, achar que o povo vai se contentar... O povo quer água na torneira todo dia. É o mínimo que esta cidade precisa ter. Eu fico extremamente escandalizado. Tem que ter pessoas competentes à frente das pastas. Não pode ser qualquer secretário, porque é político, porque é indicação, porque é CC, porque é isso e aquilo. Mas o que é isso? Temos que parar com essa política. Temos que ter pessoas compromissadas. Se em um ano este secretário, este diretor-executivo do DMAE não conseguiu dar conta, não conseguiu fazer um planejamento, que competência tem ele para continuar lá? O mínimo que esta cidade deveria oferecer, e isso deveria ser uma questão de honra para esta Casa, é água em todas as torneiras, água. Se não pode tratar todo o esgoto agora, tem que ter água nas torneiras. E mandam caminhões-pipa para lá, mandam numas ruas e não mandam nas outras. Eu registrei, em redes sociais, isso no Morro da Cruz. Como é que pode fazer a conta-gotas os caminhões-pipa? É surpreendente. Pessoas com cinco dias sem água. Cinco dias! Pensem, se cada um aqui aguentaria cinco dias sem água potável, tendo o Guaíba inteirinho de água para tratar, e não ter planejamento. As casas de bombas, e, digo aqui, porque eu conheço, por quatro anos, diretor-geral do Simpa, andei em todas as casas de bombas, e são bombas velhas, porque não compram, não licitam, tem que trocar as bombas, não pode ficar consertando. Lá naquela casa de bombas, lá do lado do DMAE da Leste, lá naquela casa de bombas, uma equipe terceirizada fez o serviço, errou o serviço de elétrica, e os servidores concursados tiveram que ir lá, Ver. Pablo, consertar, e, graças ao conhecimento histórico deles, porque estão no departamento há muitos anos, conseguiram consertar, mas demorou quase um dia, porque tiveram que refazer o serviço da terceirizada que está na Gman, que é a gerência da manutenção. Então vocês têm que parar com esse negócio de terceirizar. Façam concurso. Deixem o DMAE tratar, pois os técnicos sabem o que fazer, os técnicos sabem, e, nesta Casa, não sou só eu que estou falando; os outros vereadores, históricos, que estão aqui há muito tempo, sabem da importância do DMAE público. Então fica aqui o meu protesto, a minha indignação com isso.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR PABLO MELO (MDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Pablo Melo. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Quatro Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h14min.)

* * * * *